

Programa Centro Presente: Um olhar sobre as intersecções entre público e privado em serviços de segurança no centro da cidade do Rio de Janeiro¹

Karina de Paula²

RESUMO

O presente estudo se refere a uma etnografia sobre o cotidiano do Programa Centro Presente implantado no município do Rio de Janeiro. Concebido em atendimento à agenda de Segurança para os Jogos Olímpicos de Verão (2016), financiado por meio de um convênio entre poder público e um *parceiro investidor* para a prestação de serviços de cunho social, de policiamento e patrulhamento em áreas específicas da região central, denotando a interação entre público e privado na concepção, produção e implementação do serviço público de segurança. A etnografia descreve o referido cotidiano e as lógicas subjacentes a seu funcionamento, as quais parecem destoar de suas prescrições normativas. Em suas Bases, é possível verificar a presença de três segmentos profissionais: policiais militares, assistentes sociais e egressos das forças armadas. Com as alterações no financiamento, depois de findado o convênio que possibilitou sua implantação, verifica-se a disputa pela sua manutenção e pela configuração do Programa; a instabilidade - e por vezes o atraso - da remuneração dos agentes contratados, a precarização do ambiente onde são prestados serviços. Neste contexto, as saídas engendradas primam por processos criativos que lançam luzes sobre as possibilidades da arquitetura concernente à parceria público-privada, para a área de Segurança Pública no Rio de Janeiro.

Palavra-chave: Segurança Pública; Rio de Janeiro; Megaeventos; Policiamento; Público-Privado.

ABSTRACT

The present study refers to an ethnography about the quotidian of the Present Center Program implanted in the city of Rio de Janeiro. Designed in compliance with the Security Agenda for the Summer Olympic Games (2016) and financed through an agreement between public authorities and an investor partner for the provision of social services, policing and patrolling in specific areas of the central region, denoting the interaction between public and private in the design, production and implementation of the public security service. Ethnography describes the aforementioned quotidian and the underlying logic of its functioning, which seem to run counter to its normative prescriptions. In its Bases it is possible to verify the presence of three professional segments: military police officers, social workers and retired

¹ Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense defendida no ano de 2019. Foi orientador o professor Lenin Pires. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado o professor Daniel Misse e a professora Klarissa Platero.

² Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense; mestranda no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense.

military personnel. With the changes in the financing, after the agreement that made possible its implementation, the dispute for the maintenance and the configuration of the Program is verified; the instability - and sometimes the delay - of the remuneration of contracted agents, the precariousness of the environment in which services are provided. In this context, the outputs engendered by creative processes that shed light on the possibilities of architecture concerning the public-private partnership for the Public Security area in Rio de Janeiro.

Keywords: Public Security; Rio de Janeiro; Mega events; Policing; Public-Private.

LISTA DE SIGLAS:

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

BPM – Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro

CCS – conselho Comunitário de Segurança

COMLURB - Companhia de Limpeza Urbana

DP – Delegacia Regional de Polícia

FECOMÉRCIO - Federação de Comércio do estado do Rio de Janeiro

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

GM-Rio – Guarda Civil Municipal do Rio de Janeiro

ISP - Instituto de Segurança Pública

JECRIM – Juizado Especial Criminal

PEOp - Programa de Estímulo Operacional

PMERJ – Polícia Militar do Rio de Janeiro

PROEIS - Programa Estadual de Interação na Segurança

RAS - Regime Adicional de Serviço

RG – Registro de identidade civil.

RO – Registro de Ocorrência

SASDH – Secretaria de estado de Assistência Social e Direitos Humanos

SEAP – Secretaria de estado de Administração Penitenciária

SEGOV – Secretaria de estado de Governo

SESC – Serviço Social do Comércio

SESEG – Secretaria de Estado de Segurança Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

UFF – Universidade Federal Fluminense

UOP - Unidade de Ordem Pública

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

Introdução

Em 2016, a cidade do Rio de Janeiro encerrou o período de duas décadas em que recepcionou *megaeventos* realizados no país. Durante essa temporada, o município se tornou cenário e ambiente para a implementação de distintas ações governamentais que ganharam destaque nos grandes meios de comunicação. Nas ruas, as manifestações e protestos dividiam o espaço com o trânsito e com as obras.

Nas redes sociais, as reivindicações ganhavam visibilidade e as passeatas, aos poucos, ganhavam adeptos. Ir às ruas, independentemente da indignação ou reivindicação e bradar: - O Gigante Acordou! e - Amanhã vai ser maior!, de alguma forma motivou, sobretudo os jovens, a saírem de suas casas e ocuparem de forma reivindicatória as ruas da cidade.

Moradora de Niterói, atravessar a Baía de Guanabara para ir ao Rio de Janeiro não compunha minhas atividades rotineiras e, quase sempre, estava relacionada à participação política e ao lazer. Caminhar pelos locais históricos da antiga capital do Império sempre me fascinou. Aos olhos treinados, a metrópole globalizada guarda consigo traços de memórias da passagem de diferentes povos e culturas que, diga-se de passagem, compõem a cultura metropolitana fluminense, emergem da arquitetura da região central.

Numa dessas tardes voltadas ao lazer, eu caminhava por ruas de paralelepípedo próximo a Praça XV. Ao chegar à esquina, deparei-me com uma viatura cinza. Parado ao seu lado havia um rapaz trajando coturno, calça preta, e, por cima da camisa pólo branca, um colete - metade branco, metade vermelho- e um boné da mesma cor do colete. Sua atenção era dividida entre observar o movimento dos passantes, da rua e algo na tela do celular. Em sua cintura uma arma a qual não saberia dizer se letal ou não letal.

A primeira impressão pareceu ser uma corriqueira prestação de serviço de segurança privada. Algo comum no local, que além de ser conhecido por seus bares e rodas de samba, também reúne diversas igrejas católicas onde são realizados luxuosos rituais de batismo e casamento, além das missas. Ao correr meus olhos para o veículo, pois não ficaria encarando

o segurança, chamou-me a atenção as logomarcas estampadas na parte inferior da porta traseira. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e FECOMERCIO-RJ³. O restante do carro também possuía um grande adesivo com a logomarca do que parecia ser um novo projeto governamental.

Nas semanas anteriores eu e alguns amigos conversávamos sobre as novas configurações políticas que estariam se opondo à consolidação do Estado de bem estar social que inspirou nossa Constituição Cidadã e de como isso refletia num recrudescimento penal e no aumento do encarceramento, sobretudo da população pobre e negra. De repente, um dos presentes começou a narrar uma abordagem que sofrera algumas semanas antes, na Glória⁴, por uma pessoa que não era policial.

Estava ele sentado na praça após sair da casa de um amigo morador do bairro, quando uma pessoa o abordou, solicitou os documentos e o revistou. Ao encontrar uma bituca não convencional em um de seus bolsos proferiu alguns conselhos e chamou a polícia. A ida à delegacia gerou o registro de uma ocorrência e, por consequência, uma audiência no JECRIM⁵

Inquietações sobre esse novo projeto de segurança pública ascenderam em minha mente. Se, para realizar uma pesquisa é preciso uma pergunta, naquele momento eu possuía muitas. Como uma Secretaria⁶ com finalidades institucionais definidas e estabelecidas como Assistência Social e Direitos Humanos poderia ser executora de um programa de policiamento? Por que um programa do Governo do Estado que consistia numa atividade de policiamento não apresentava a logomarca da PMERJ⁷ ou da SESEG⁸? E por que a FECOMERCIO aparecia como parte desse projeto?

³ Sigla da Federação de Comércio do estado do Rio de Janeiro. Consiste em uma rede que representa os interesses de todas as empresas comerciais do setor de serviços, bens e turismo. Seus atores são entidades da sociedade civil organizada, instituições do terceiro setor e sindicatos patronais. C.f.: < <http://www.fecomercio-rj.org.br>>.

⁴ Bairro situado ao lado do Aeroporto Santos Dumont faz fronteiras com bairros da Região Central e da Zona Sul do município do Rio de Janeiro. Congrega importantes pontos turísticos da cidade, como o Aterro do Flamengo (Parque), a Marina da Glória, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, entre outros.

⁵ A intervenção das instituições de segurança pública quanto ao uso de drogas ilícitas pouco mudou após a lei nº 11.343 de 2006, *O saber prático* dos agentes orienta a condução do evento, podendo este ser judicializado ou não. Diferentes perspectivas desse processo vêm sendo abordadas pelas ciências sociais e por estudos sobre a administração institucional de conflitos. Ver mais em: GRILLO *et al*, 2011, VERISSIMO,2010; GARAU e JUNIOR,2020.

⁶ Instituição governamental que congrega diferentes órgãos e serviços públicos organizados por setores da administração pública.

⁷ A Polícia Militar do Rio de Janeiro – PMERJ constitui na Instituição que à época encontrava-se vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG ou SSP). O Decreto nº 46.544 de 01 de janeiro de 2019 extinguiu a SESEG, atribuindo suas funções à Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Pública, para que fosse realizada a transição gradual para a Secretaria de Estado da Polícia Civil e para a Secretaria Estado da Polícia Militar.

Objetivando encontrar as respostas, iniciei a pesquisa sobre o Programa Centro Presente em março de 2018, um mês após o início da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro⁹ e a encerrei no dia 01 de outubro do mesmo ano, após o término do expediente da base, no mesmo dia em que na região central da cidade ocorriam as manifestações #EleNão¹⁰.

As observações foram realizadas em dois organismos diferentes. As reuniões do Conselho Comunitário de Segurança da Região Portuária e o Conselho Comunitário de Segurança do Centro Antigo / Lapa, ambos situados na 5ª Área Integrada de Segurança Pública - AISP. E no acompanhamento do cotidiano de bases do Programa Centro Presente, sendo autorizada a realização pelo coordenador geral deste módulo das Operações Segurança Presente da Secretaria de Estado de Governo.

Ao ingressar nos espaços, eu me apresentava como estudante-pesquisadora, do curso de Segurança Pública da UFF, o que possibilitou estar sempre acompanhada de um caderno e uma caneta. Os excertos em itálico entre aspas correspondem às anotações de falas, expressões e explicações dadas pelos agentes durante a realização do campo. Essa postura rendeu, em alguns momentos, troças por parte dos agentes que me perguntavam se eu estava anotando tudo.

A fim de resguardar a identidade dos atores sociais e associações que colaboraram e possibilitaram a realização da pesquisa, optei em não revelar o nome dos interlocutores e dos locais onde as observações foram realizadas. Sendo reveladas quando constituem de informações publicizadas pelas agências e instituições às quais estes se encontram vinculados.

Dentro das instituições as disputas são produzidas e reproduzidas em diferentes escalas e culminam em ações práticas de agentes estatais, servidores de carreira ou não, aplicada em territórios para atender públicos e interesses, ora específicos, ora difusos. Estes fenômenos podem ser observados em diferentes perspectivas. Através das observações dos formuladores centrais do serviço e acompanhando os processos de concepção, implantação e

⁸ Extinto órgão governamental que congregava políticas públicas e serviços de Segurança Pública implementados pelo governo do estado.

⁹ Promulgada pelo Decreto 9.288/18, a Intervenção Federal culminou na nomeação de um militar do exército para exercer o controle de todos os órgãos de segurança pública do Estado. Cf.: RAMOS, Silvia (coord.). Intervenção federal: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019.

¹⁰ O movimento #EleNão consistiu na maior manifestação pública organizada majoritariamente por mulheres no Brasil. Realizadas em oposição às ideias e projetos defendidos pelo então candidato à Presidência Jair Messias Bolsonaro, teve início nas redes sociais através do uso da *hashtag* #Ele Não e ganharam as ruas das urbes brasileiras e também no exterior. Cf.: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

resultados, denominada *top down*. Da perspectiva *bottom up* acompanhando os atores na linha de frente da execução, os *burocratas de rua*, e da síntese destas duas perspectivas (FERREIRA; MEDEIROS, 2016).

Por vezes é nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança que esses agentes implementadores passam a se conhecer e onde interagem. Mas nem sempre resultam em articulações institucionais mais profundas, culminando, na maioria das vezes, numa sobreposição de serviços similares para o atendimento de demandas. Tais articulações institucionais que vislumbram a implantação de políticas públicas e a implementação de serviços públicos¹¹ dependerão da operacionalização de uma decisão política, sendo esta o resultado direto das deliberações dos agentes políticos, também denominado por *burocratas de gabinete*, e são acompanhadas de atos normativos formais.

Os serviços públicos, aqueles que chegam à população, serão implementados através da ação direta de agentes denominados por *burocratas do nível da rua*¹², estes servidores públicos e prestadores de serviço que terão sua atuação moldada por: a) fatores relacionais - discricionariedade, interações com o público, relações com o sistema de gestão; b) fatores institucionais e gerenciais - *accountability*, normas e regras; e c) fatores pessoais - crenças (LIPSKY, 1980).

Tanto os burocratas de gabinete quanto os burocratas de nível de rua organizam-se dentro de uma hierarquia formal, instituídos pelo órgão ao qual se encontram vinculados. Fator que me levou ao prédio anexo do Palácio das Laranjeiras para solicitar a autorização para acompanhar o cotidiano do trabalho desenvolvido pelos agentes do Programa no nível da rua, caracterizando tal estudo na perspectiva *bottom up* de observação.

No primeiro capítulo apresento as escolhas metodológicas para a realização deste empreendimento monográfico. A participação nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança atuantes na região Central do município de Rio de Janeiro e a observação das performances dos agentes, de diferentes instituições, nesses espaços de participação social e

¹¹ Concebo como ações distintas para melhor compreensão do leitor, atribuindo ao termo políticas públicas as atividades estatais fundadas através de instrumentos normativos e jurídicos que visam nortear formulações específicas em atendimento a uma agenda pública abstrata. Em diferenciação a esta categoria, farei uso do termo serviços públicos para apresentar o processo de implementação da política pública. Denominado de Governo em Ação tais atividades relacionam-se diretamente com o trabalho profissional dos agentes executores e de sua relação com o público a ser atendido.

¹² Outras denominações para tal categoria de profissionais podem ser encontradas na literatura sobre estudos de implementação de políticas públicas e burocracia estatal, tal como Burocrata de Rua, Profissional de Linha de Frente, Implementador do nível da rua, etc. (FERREIRA & MEDEIROS, 2016).

interação entre Estado, sociedade civil e mercado¹³, possibilitando perceber as disputas e os discursos acerca do tema Segurança Pública que permeiam as relações na região central do município.

No segundo capítulo apresento o Programa Centro Presente, um dos módulos das Operações Segurança Presente iniciadas em 2017 na Lapa, bairro famoso da capital carioca por sua boemia e que durante os anos 2013 e 2014 passou por grandes transformações urbanísticas, vindo a ser palco e área de dispersão - e confronto - durante as manifestações que antecederam a Copa do Mundo das Confederações.

No terceiro capítulo apresento uma discussão em voga apresentada pelo campo à pesquisadora, um achado durante o acompanhamento do cotidiano dos agentes, dentro e fora da Base: o caráter simbólico acionado pela vestimenta dos atores sociais e como esse torna-se elemento central de conflitos e coesão entre o corpo social institucional, produzindo significados e efeitos internos e externos às instituições.

A relação histórica entre os setores públicos e privados norteiam a concepção e o financiamento de políticas públicas no Brasil. A agenda de redemocratização possibilitou o desenvolvimento de espaços institucionais legítimos de participação e interação entre agentes institucionais de ambos os setores. Com o advento da reforma gerencial dos anos 1990 e a absorção de políticas internacionais em decorrência dos megaeventos, novos pontos de contato entre Estado e mercado foram concebidos a fim de atender a demanda por serviços, fazendo surgir a identidade de *parceiro investidor*.

Essa relação tem concebido a implantação de diferentes serviços públicos que, depois de findado o financiamento realizado pelo *parceiro* aponta para fenômenos distintos, porém relacionados. A disputa pela reconfiguração para a manutenção do serviço, o atraso ou o fim do trabalho remunerado realizado por policiais militares e agentes egressos de institutos militares de defesa a serviços de segurança pública remontam à desvalorização e à precarização do trabalho policial, bem como o processo de sucateamento das estruturas físicas e tecnológicas, ou a precarização do ambiente onde são prestados serviços de segurança pública financiados através de parcerias com o setor privado.

¹³ A distinção entre Estado, Sociedade Civil e Mercado constitui-se, para fins analíticos desta monografia, como categorização das instituições criadas para organizar e controlar a vida social, que, após os anos 1970, foram globalizadas e incorporadas pelo Estado brasileiro nos anos 1990 através da Reforma Gerencial. (BRESSER-PEREIRA, 1995). Considera-se Sociedade Civil as instituições associativas não governamentais que participam dos espaços de controle e participação social. Ao referir-me ao setor privado agrego as esferas Sociedade Civil e Mercado. Ao referir-me ao setor público, congrego as instituições e agências concebidas por atos normativos e responsáveis pelo processo de implementação de ações de caráter público.

CAPÍTULO I – Por onde começo?

Era uma manhã ensolarada quando saí de Niterói sentido Rio de Janeiro para minha primeira incursão de pesquisa: participar da reunião de um dos Conselhos Comunitários de Segurança da região Central do Rio de Janeiro.

Os Conselhos Comunitários de Segurança no Rio de Janeiro - CCS foram criados em 1999, em conjunto com as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP, com o objetivo de promover o diálogo e a interação entre Sociedade Civil, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ e Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ, e, ao longo dos anos agrega a participação de outros setores governamentais que atuam dentro desta área. Foi reconhecido como elemento promotor e colaborador para o aprimoramento do sistema de segurança pública durante o ano de 2018¹⁴.

A criação destes organismos prevê a reordenação na interação entre Estado e sociedade, agora territorialmente delimitados e institucionalmente estabelecidos. As reuniões dos CCS são espaços de compartilhamento de informações, apresentações de demandas e de contato entre distintos atores e corpos sociais que atuam dentro de um território definido.

“São nas reuniões dos conselhos estudados que os participantes e as chamadas autoridades explicitam seus interesses e posições, fazendo do conselho um interessante lugar para observar as performances destes atores políticos, os jogos de status, poder e prestígio nele desempenhados e a enunciação e mobilização dos diferentes capitais políticos, sociais e simbólicos” (PATRICIO, 2013, p.2.).

A região central da cidade do Rio de Janeiro congrega três Conselhos Comunitários de Segurança, dos quais escolhi participar daqueles com atuação territorial correlata aos territórios de atuação do Programa Centro Presente.

¹⁴ A Resolução SSP nº263, de 26 de julho de 1999, dispõe sobre a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública e dos Conselhos Comunitários de Segurança, também denominados de Conselhos Comunitários de Área. A resolução SSP nº 629, de 19 de maio de 2003 institui a revitalização dos CCS, prescrevendo a finalidade e as ações a serem realizadas nas reuniões do CCS. As resoluções SSP nº 781 de 08 de agosto de 2005; nº 78 de setembro de 2007 e nº 547 de 12 de abril de 2012 regulamenta os Conselhos Comunitários de Segurança e atribui denominação, funções e símbolos ao CCS. Em 2018, o Decreto nº 46 de 27 de dezembro de 2018, assinado pelo então Interventor Federal ratifica as finalidades dos CCS e os vincula, institucionalmente, à coordenação do ISP.

Ao chegar no endereço informado no site do ISP¹⁵, um sobrado recém-reformado¹⁶ com portas que abriam diretamente para a calçada me convidava a entrar enquanto a voz da moça do GPS informava que eu encontrara o local. A sede de uma associação da sociedade civil onde seria realizada a reunião do CCS Zona Portuária. Entrei buscando com o recepcionista a informação sobre onde aconteceria a reunião. Apontando para um corredor, ele informou - *Porta à direita!*. Ao lado da porta uma mesa com bolos, pães, biscoitos e frios dava boas-vindas aos que chegavam. A ausência de pessoas ao seu redor anunciava que a reunião já havia começado.

A porta à direita revelava um pequeno auditório, com teto e paredes pintadas na cor preta. O pequeno palco iluminado destacava aqueles que ali estavam para representar as instituições públicas de diferentes esferas governamentais, além do Presidente e Vice-presidente do Conselho. Cerca de 80 cadeiras voltadas para o palco davam ao ambiente um aspecto de teatro. Lado a lado com o público, porém afastadas da centralidade dada pela disposição do palco e das cadeiras, duas policiais militares femininas¹⁷ ocupavam uma pequena mesa disposta no único espaço de entrada de luz no salão.

Assim como a organização espacial do local distinguia os lugares dos representantes do Estado - o palco - e o lugar da Sociedade Civil - a plateia -, a vestimenta dos presentes evidenciava a diferença entre os corpos institucionais de origem dos agentes do Estado. Sentados em cadeiras, lado a lado, no palco. Todos aguardavam o presidente do Conselho finalizar sua saudação de abertura da reunião.

Um a um os agentes se apresentavam. Não havia uniformidade na organização do discurso, nem no tempo utilizado. Em linhas gerais, informavam o nome, graduação (no caso dos militares), a função exercida na instituição e a instituição de origem. Alguns agentes também prestavam contas dos serviços prestados por suas instituições.

Falavam sobre uma e outra melhoria na infraestrutura como a aquisição de novas viaturas, alteração no quadro de servidores, novos investimentos, entre outros. Sempre reafirmando a delimitação territorial de atendimento do serviço e os limites de atuação de sua instituição. Houve também a troca de solicitações entre os agentes para que houvesse maior

¹⁵ O Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão que coordena os CCS, disponibiliza as informações acerca dos CCS's. Entre tais informações encontram-se as agendas de reuniões ordinárias mensais e extraordinárias.

¹⁶ Dentre as ações de impacto social promovida pela reforma urbana na Região Portuária e suas imediações pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), encontra-se o projeto Porto Maravilha Cultural. Tal associação, fundada em 1879, encontrava-se com o imóvel-sede interditado pela Defesa Civil desde 2012, sendo um dos beneficiários do *legado* da intervenção urbana realizada na região.

¹⁷ Também denominadas de PMF em. *C.f.:* SOARES e MUSUMECI, 2005.

interação dentro da área, entre outros assuntos que esses julgassem pertinentes publicizar aos presentes.

Compunham o espaço de autoridades os representantes da Inspetoria da Guarda Municipal, da Unidade de Ordem Pública, do 5º Batalhão de Polícia Militar, o comandante da UPP Providência e um Tenente do Exército Brasileiro, representando o Gabinete da Intervenção. O Presidente e o Vice-Presidente atuavam como moderadores, garantindo o prosseguimento ordenado da reunião.

O comandante da UPP apresentou que, apesar do término do programa, a UPP Providência seria mantida e fortalecida. Seu efetivo seria aumentado e as atividades de patrulhamento¹⁸ estendidas ao Morro do Pinto e no entorno dessas comunidades. Atribuindo tal possibilidade ao retorno do destacamento de policiais que prestam serviço pelo RAS¹⁹ para atuarem na UPP.

Durante o discurso do representante do Batalhão da PMERJ, o último representante a falar²⁰, ressaltou que naquela AISP os índices criminais estavam melhores que no ano anterior. Atribuindo os “*índices no verde*” às novas viaturas e ao RAS que “*ajuda a aumentar o policiamento na rua*”. O Presidente o interrompeu solicitando que, para a próxima reunião, fossem apresentados os índices de criminalidade daquela região. No momento, o Batalhão da área destacava-se entre os demais batalhões por ter atingido as metas²¹. Enquanto o policial militar confirmava a possibilidade de atender ao pedido, um homem sentado na primeira fileira da plateia, trajando calça jeans e camiseta, levantou-se e, em tom de autoridade, solicitou a fala. Ao se apresentar como representante da 4ª DP²², o presidente do Conselho

¹⁸ Atividades de policiamento a pé ou com veículos.

¹⁹ Regime adicional de serviço, representado pela sigla RAS, similar ao PROEIS constitui num sistema de remuneração do trabalho policial realizado no dia de folga.

²⁰ Estabelecido por protocolos, cerimoniais e regimentos de etiqueta, a condução de eventos institucionais é concebida através de um ordenamento ritualístico. A ordem na qual as autoridades são convidadas a compor mesas, bem como seu local de assento e o ordenamento das falas encontram-se intrinsecamente relacionadas ao lugar do cargo/função na hierarquia interna instituição a qual o agente representa e ao lugar onde a instituição encontra-se inserida na hierarquia burocrático-política da gestão governamental.

²¹ “Criado em 2009, o Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM) é um modelo de gestão por resultado, desenvolvido pela Seseg, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional (SSPIO). Tem como principal objetivo desencadear ações integradas de prevenção e controle qualificado do crime e estabelecer as metas para a redução da incidência dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade. Assim, com a implantação do SIM, a Seseg pretende, também, aprimorar a gestão e o processo de integração institucional das Polícias Civil e Militar.”. Fonte: <http://www.sistemademetas.seguranca.rj.gov.br/> <Acessado em 06 de maio de 2019>.

²² Delegacia Regional de Polícia. Tais regiões, compreendidas por um aglomerado de bairros, são delimitadas através de atos normativos governamentais.

evidenciou certo desconforto. Interrompeu a fala do policial civil, o convidou para compor o palco enquanto solicitava a outro membro do conselho situado na plateia a colocação de mais uma cadeira no espaço dos representantes estatais.

Os policiais civis não possuíam uniformes definidos, o que resultou no não reconhecimento prévio do agente localizado na plateia. Quando estes querem que sua identificação seja realizada previamente deixam visível, na altura da cintura ou na altura do tórax, seu distintivo. Essa forma de identificação também pode ser observada em policiais militares quando não fazem uso de uniformes, sendo esta situação denominada de paisano²³.

Recusando o convite para juntar-se aos agentes no palco, em tom de explicação, prosseguiu a fala. Os dados solicitados ao comandante do Batalhão da Polícia Militar são dados coletados através das ocorrências registradas pela Polícia Civil nas delegacias. Sua coleta e produção dependem unicamente da notificação dos crimes, ou melhor, da comunicação destes à Polícia Civil, através do registro de ocorrência. Reforçando a importância da realização do registro aos presentes “*para que o trabalho das polícias possa ser realizado em conjunto*”. Continuou explicando o fluxo administrativo das informações até que essas se transformem em dados estatísticos e que serão utilizados para mensurar a atividade policial desenvolvida pelos Batalhões da Polícia Militar.

Antes que desse por encerrada sua fala explicativa, o policial civil foi interrompido por uma voz feminina vinda das últimas fileiras da plateia. Entoando sua indignação, a mulher - moradora da região - questionou sobre qual delegacia estaria atendendo aquela área²⁴, dando início ao relato de um assalto que sofrera e do atendimento que não recebera.

Armados, os assaltantes entraram em um salão de beleza, localizado naquele bairro, onde além do roubo também assediaram as mulheres. Ao buscarem a delegacia para registrar a ocorrência foram encaminhadas à outra delegacia, sendo informada que aquela DP, supostamente, não atendia a área onde ocorreu o crime. Na outra delegacia, após mais de 3 horas esperando, foram mal atendidas e não conseguiram realizar a ocorrência. - *Igual ao SUS*, concluiu a mulher.

²³ Os agentes policiais militares que cumprem a função de investigativa nos Batalhões também desenvolvem seu trabalho “a paisano”, forma esta encontrada para ocultar a prévia identificação de sua vinculação profissional.

²⁴ No Rio de Janeiro, as delegacias são caracterizadas por tipos de atendimento. Há as delegacias regionais, que realizam o atendimento a setores geo-espaciais delimitados e as delegacias especiais, que realizam o atendimento de forma especializada a públicos e ocorrências específicas, como a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, a Delegacia Especial de Apoio ao Turista, entre outras.

O policial civil, dando prosseguimento, justificou que, em decorrência do “*pouco material humano*” disposto às delegacias, as ocorrências estavam sendo atendidas por uma “*escala de gravidade dos casos*”, sobretudo as Delegacias com *Central de Flagrantes* em sua estrutura. No processo de reorganização da região central da cidade, desde 2016 a 1ª DP Praça Mauá estava realizando seu atendimento junto à 4ª DP Praça da República. Acarretando, também, em mudanças recentes na equipe e em sua delimitação territorial de atuação, estando, naquele momento, indefinidas as áreas de atendimento de cada DP.

Finalizou sua fala apresentando que as ocorrências poderiam ser registradas em qualquer delegacia, uma vez que esta realiza o encaminhamento da ocorrência para a delegacia responsável pela área onde ocorreu o evento registrado, para que as investigações fossem realizadas. E reafirmou a necessidade da realização do registro.

Um senhor se levantou da plateia e pediu a palavra. Ao receber o microfone direcionou seu corpo esguio para o palco e engatou a falar, em tom de reclamação. Há pessoas que circulam pelo bairro, pessoas que perturbam o sossego dos moradores. Caminham fazendo barulho e bagunça, incomodando os moradores e algo precisaria ser feito para conter esse tipo de situação.

Tomou um ar e continuou. Encaminhando uma possível solução ao problema apresentado. Solicitou que a GM-Rio²⁵ passasse a realizar patrulhamento dentro do bairro, nas ruas onde há casas e não somente nas vias principais, ressaltou que a Guarda Municipal deveria atuar também *dentro do bairro* e não somente nas áreas comerciais e vias principais. Obteve como resposta do representante da Guarda que o pedido seria encaminhado às patrulhas.

Após a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, o presidente destacou que há muito o Conselho vinha tentando realizar um café da manhã, com o intuito de estabelecer parcerias com a Firjan e por “*problemas burocráticos não foi permitido o agendamento*”. Mas que, com o apoio dos membros voluntários do conselho, foi possível realizá-lo naquela manhã.

A representação institucional presente na reunião, em suas falas, dimensionava a complexidade envolta na prestação de serviços urbanos de ordenamento público da região

²⁵ GM-Rio – Guarda Civil do Rio De Janeiro. Instituída Pela Lei Complementar Municipal nº 100, de 15 de outubro de 2009 e regulamentada Pelo Decreto Municipal nº 38254 de 9 de janeiro de 2014 constitui de autarquia que substituiu a Empresa Municipal de Vigilância S.A.- EMV, responsável desde 1993 pela prestação de diferentes serviços de vigilância, controle e segurança.

central da cidade. Essa, diferente de outros bairros, congrega públicos difusos como turistas, moradores, comerciantes, passantes, entre outros e, por consequência, demandas e compreensões distintas quanto ao tema segurança pública. A relação estabelecida entre o ator social e o território constitui como elemento para dar legitimidade às demandas apresentadas nos espaços onde a participação encontra-se vinculada a questões socioespaciais.

Contudo, os serviços de policiamento e segurança desenvolvidos dentro do território de abrangência do CCS Zona Portuária são realizados por efetivos da Guarda Municipal através da Unidade de Ordem Pública (UOP), por policiais militares vinculados ao 4º BPM e à UPP Providência, por agentes do Centro Presente e, segundo o representante do Gabinete de Intervenção, pelos militares do Exército. Cada qual realizando abordagens conforme as orientações e protocolos de sua instituição e em ruas determinadas por seus gestores.

Evidenciando a distinção entre diferentes setores em uma mesma área territorial, cada qual recebe uma ação de patrulhamento. Através da diversificada atuação dos profissionais, pude verificar que na região central há uma categorização de áreas orientada pela interação entre os atores sociais no território. Essa relação estabelecida pela divisão das atividades sociais norteia a implantação de diferentes serviços públicos, em alguns casos desde sua concepção. No caso da região central do município do Rio de Janeiro, pude verificar a divisão entre área de residência, área comercial, área de circulação/acesso aos modais de transporte público e área turístico-cultural.

Não tendo encontrado representantes do Programa Centro Presente nesta reunião, aproveitei que naquele mês ainda ocorreria a reunião do CCS Centro Antigo/Lapa, outra oportunidade para buscar me inserir no campo de pesquisa. Saí de Niterói num final de tarde quente de outono rumo à Lapa, região conhecida por seus bares e vida noturna.

Na Rua do Lavradio buscava o Palácio Maçônico, local onde ocorreria a reunião. Uma construção antiga pouco suntuosa para quem vê de fora abriga, em dois andares, grandes salões nominalmente identificados. Os símbolos incompreendidos por leigos, como eu, preenchiam espaços do teto, das escadas e de outros lugares do prédio que serve, em dias normais, de local para o encontro de seus membros.

Do lado de fora do portão de entrada um pequeno aglomerado de pessoas buscava entrar no prédio. Em um elegante terno preto, um segurança me atendeu e orientou como chegar à reunião - *acompanha o fluxo!*. Seguindo suas orientações avistei um homem e uma

mulher, ambos vestidos de farda cor caqui²⁶, que entraram por uma porta lateral à porta principal do prédio. Subi uma escadaria de metal os acompanhando até o andar superior da casa.

Uma grande estátua no centro do corredor recepcionava aqueles que acessaram o andar isolado do restante do prédio. Em sua parede, do lado esquerdo, retratos de ilustres figuras do passado político luso-brasileiro compunham um memorial de membros, organizado em dois agrupamentos distintos. Cada agrupamento era composto por um quadro maior, seguido de quadros menores organizados em duas fileiras. Um desses locais de destaque era ocupado por José Bonifácio²⁷, enquanto Dom Pedro I aparecia em uma das duas fileiras dispostas neste mesmo agrupamento. Havia também placas de júbilo à instituição. Ao lado direito, três suntuosas portas de madeira e, por trás dessas, três salões diferentes.

Ao final do corredor, precedida por uma pequena escada de três ou quatro degraus, a terceira porta encontrava-se aberta. Um pequeno *hall se* formava em frente à porta. Cerca de dez pessoas aglomeravam-se diante de um aparador de vidro onde estava disposta a lista de presença da reunião. Entre esses, alguns rapazes trajando coletes do Programa Lapa e do Centro Presente.

Entramos na sala onde um degrau dentro da sala separava o lado de dentro do lado de fora. Para tomar assento na plateia, situada nas laterais do salão, era necessário passar por duas colunas gregas que juntamente com o tapete azul construía um caminho que se estendia pelo salão até o palco, em formato de altar. Outros objetos adornavam o salão de teto azul celeste com estrelas de gesso prateadas desgastados pelo tempo.

Em seu interior, tomavam assento em um dos lados destinados ao público os agentes do Programa, identificados por seus coletes. Os demais participantes sentaram do outro lado. Eu, inclusive. As autoridades acomodavam-se em cadeiras localizadas no palco e assim prosseguiu a reunião-fórum com a saudação de abertura de sua presidenta.

Feito isso, convidou os representantes da organização que acolhia a reunião e os representantes das instituições de Segurança Pública, que ainda não haviam se acomodado para compor o palco. A presidenta iniciou os informes. Em seguida a pauta. E prosseguiu apresentando os palestrantes que realizariam as palestras do Fórum sobre Segurança Pública, iniciado na reunião anterior. Entre os apresentadores do dia fora anunciado o coordenador da

²⁶ Cor do uniforme da Guarda Civil Municipal da cidade do Rio de Janeiro.

²⁷ A primeira loja maçônica do país fundada por José Bonifácio ainda durante o Império.

Operação Lapa Presente, que apresentaria o Programa e os dados de atendimento e prisões realizados, além da homenagem ao Coordenador de uma das bases e aos agentes do Programa.

A palavra foi passada para o primeiro palestrante, um general paraquedista da reserva. Este iniciou pedindo palmas aos agentes Centro Presente e afirmando que seria teórico (e não ideológico) na palestra sobre Segurança Pública e Defesa Nacional²⁸ que se estendeu, gerando uma alteração na organização da reunião.

Havia prevista também a apresentação de uma iniciativa privada de monitoramento de vídeo denominada Luz Azul²⁹, que acabaria ocorrendo na reunião de dois meses seguintes, juntamente com a última leva de homenagens.

Uma ação realizada pela direção deste CCS foi a de prestar homenagens aos agentes das bases situadas em seu território de abrangência³⁰. Assim, garantiam o aumento significativo do público participante nas reuniões, além de publicizar o apoio do Conselho e seus membros ao Centro e Lapa Presente e seus agentes. Durante as reuniões, fosse na fala da presidenta ou dos membros, era recorrente a reafirmação da defesa do programa e sua manutenção.

É que às vésperas do término do primeiro convênio de financiamento do Programa, ocorrido no ano de 2017, ventilava-se a possibilidade de extinção do mesmo. Diversas foram as manifestações de comerciantes e moradores realizadas na região central da cidade dos quais a direção do Conselho auxiliou na articulação e mobilização.

Após a terceira palestra, a presidenta solicitou a inversão da pauta, para que fossem realizadas as homenagens. Assim, os agentes do Programa poderiam voltar às ruas para realizar seu trabalho. Um a um, nominalmente, os agentes eram chamados no microfone. Chegando ao palco recebiam, pelas mãos do coordenador de sua base, dois certificados. Nos impressos padronizados, uma linha em branco era disposta para que fosse preenchida à caneta

²⁸ Tema recorrente da época devido a Intervenção Militar corrida no Rio de Janeiro.

²⁹ O Programa Luz Azul consiste numa iniciativa privada de coleta e arquivamento de imagens através do sistema de videomonitoramento existente em imóveis, sobretudo da região central do município, disponibilizando tais imagens às instituições policiais através do acesso direto ao banco de imagens disposto em um software online. Denomina-se Luz Azul pois, além da coleta e arquivamento das imagens, os imóveis que fazem a adesão à iniciativa também instalam luzes azuis em locais visíveis em sua fachada demarcando que naquele local há o sistema de vigilância, o que, segundo seus apresentadores, previne as ações criminosas que poderiam ser realizadas naquele local e em suas proximidades. O Programa é inspirado no Greenlight Security, implementado em cidades de outros países.

³⁰ São bairros abrangidos pelo CCS Centro Antigo/Lapa Centro (parte), Lapa e Paquetá. Este também compreendem os bairros atendidos pelos serviços da 5ª DP.

com o nome do agente. Seguindo de uma frase de agradecimentos *dos cidadãos de bem* aos serviços prestados à sociedade.

Por último, eram chamados os coordenadores de Base, para os quais era entregue uma placa de vidro com um agradecimento semelhante, este entregue pelas mãos da presidenta. Ao final, posicionavam-se para a foto lado-a-lado os entregadores e os receptores das homenagens. Os agentes se retiravam da reunião enquanto os coordenadores mantinham-se representando o Programa. Ritual esse repetido nas demais reuniões que eu viria a participar.

Os agentes das Operações Segurança Presente³¹ são diferenciados por elementos dispostos em seus coletes que, apesar do formato padronizado, carregam características específicas de cada módulo do programa implementado e da organização hierárquica de cada base. Com um zíper de encaixe na parte frontal e dois bolsos na parte inferior da frente, os coletes possuem, na altura dos ombros e na parte inferior que vai do meio do abdome até a altura do quadril, as cores corresponde ao módulo do Programa ao qual o agente está de serviço ou é vinculado. Branco na altura do dorso, no canto superior direito é possível ver a logomarca do Programa que também se encontra estampada no centro branco das costas. Na parte inferior estão estampadas as logomarcas das instituições ao qual o mesmo é vinculado e também de seus financiadores. Entre a costura de separação das cores uma faixa cinza refletora garante certa segurança ao agente no trabalho de período noturno.

No Programa Lapa Presente, por exemplo, a logomarca constitui de um desenho em referência aos Arcos da Lapa com os dizeres abaixo “Lapa Presente”, os agentes financiadores constituem de setores públicos estaduais e municipais e a parte inferior dos coletes são cinza. No Centro Presente os coletes são vermelhos e a logomarca é constituída pelo desenho da Igreja da Candelária cercada de prédios com janelas coloridas, uma representação do início da Av. Presidente Vargas, abaixo os dizeres Centro Presente. As logomarcas das instituições correspondem a instituições públicas municipais e estaduais, além da FECOMÉRCIO³².

³¹ O termo “Operações Segurança Presente”, “Programa Presente”, “Segurança Presente”, sem o recorte territorial específico de cada módulo do Programa é utilizado por seus agentes quando se referem ao Programa como um todo. Para referirem-se a um módulo específico é comum suprimirem o termo Programa ou Operação e utilizarem apenas o nome do módulo precedido de “Presente”. Ex.: “Centro Presente”, “Lagoa Presente”, “Lapa Presente”.

³² Quando iniciei a pesquisa a FECOMÉRCIO ainda era a financiadora do programa. Durante o campo a mesma foi substituída pelas logomarcas do Sistema S e do SESC. Essa alteração, segundo os agentes, se deu devido à troca do agente financiador quando da renovação do contrato, ocorrida em julho de 2018.

Apesar da padronização, alguns coletes possuíam numeração e *nome de guerra*³³ fixados com velcro no canto superior esquerdo, outros não possuíam. Uns mais desbotados que outros. Outros mais sujos que alguns. O uso do nome de guerra e da numeração, mais tarde, foi-me revelado como sendo algo novo incorporado em algumas bases e que vinha sendo organizado em outras. O nome condizia com o nome de guerra utilizado nas instituições militares de origem dos agentes que atuam no Programa, sendo alterado apenas quando havia muitos agentes com o mesmo nome, sendo nesse caso, possível escolher o uso de outro sobrenome ou do primeiro nome. Quanto às numerações, estas correspondem ao lugar ocupado na hierarquia da base pelo agente, tema que será melhor abordado no capítulo III.

Os agentes apresentavam uma feição de cansaço. Nenhum ostentava o armamento³⁴ ou portava algum símbolo que pudesse identificar quais agentes eram civis e quais eram policiais militares. Aparentavam compor as fileiras mais baixas da hierarquia do trabalho policial. Naquele momento a ampla maioria dos coletados³⁵ presentes era de não brancos.

Após a leitura da ata da reunião anterior, realizada sempre por um senhor de cabelos brancos e idade avançada que compunha a direção do CCS, abria-se o microfone para que a plateia pudesse apresentar suas demandas. Eram típicas as reclamações sobre barulho, consumo de álcool e outras substâncias. A necessidade de medidas de controle de casas noturnas, bares e da população externa ao bairro, que causavam transtornos aos moradores, era recorrente.

Havia, nas reuniões do CCS Centro Antigo/Lapa uma grande participação de pequenos empresários, síndicos de prédios localizados na região, membros de associações pró segurança e, também, membros de associações não governamentais. Em todas as reuniões representantes das associações, que possuíam em seu corpo agentes empresariais, reivindicavam a fiscalização e a remoção dos camelôs e ambulantes da porta de lojas, passeios públicos e demais locais com circulação de pessoas.

³³ Terminologia utilizada para o uso do sobrenome estampado nas indumentárias militares. Este é atribuído ao ingressante nas organizações militares produzindo significados e diferenciando os de dentro e os de fora. (Leirner, 2009).

³⁴ Aos policiais militares é permitido portar armamento letal, não sendo incomum o uso dentro e fora do serviço.

³⁵ Coletado é uma categoria nativa dos Moto Clubes para distinguir quem pertence e quem não pertence a alguma organização de motociclistas. O uso do colete entre eles constitui uma demarcação de qual moto grupo ou moto clube pertence. A fixação de *patches* caracteriza informações pertinentes a cidade de origem e de hierarquia dos membros e será acionada neste trabalho com fins de mencionar os agentes que atuam no Programa.

Em defesa dos lojistas e pequenos empresários, os diferentes discursos atribuíam os direitos de comercialização àqueles que contribuíram com os impostos, taxas, encargos e condições de comprovar a legalidade na aquisição do produto que estava sendo vendido e também a disposição de estrutura predial aos clientes-consumidores.

Certa vez um síndico de um aglomerado predial comercial solicitou a palavra para reivindicar a fiscalização dos ambulantes alegando que estes seriam uma concorrência desleal com os comerciantes. Afirmando que a diferenciação de preço dava-se em razão da formalização do empreendimento e do recolhimento de tributos e taxas para manter o comércio funcionando. Em outra, o mesmo ator social, utilizou da suspeição hipotética sobre os ambulantes para ajustar a reivindicação à pauta de segurança. Atribuindo aos ambulantes o estigma de prováveis receptadores e distribuidores de carga roubada, o que justificaria o uso da força estatal para coibi-los de vender naquela região.

Em sua fala apresentava um ciclo de criminoso que começaria com o roubo da carga na Baixada Fluminense e com a distribuição e venda dos produtos no centro do Rio, prejudicando os lojistas e a população de um modo geral, devendo o Estado atuar com maior veemência nas fiscalizações e abordagens.

Em todas as reuniões a oposição lojistas-ambulantes era latente, porém em nenhuma presenciei a participação de ambulantes, fossem organizados ou individualmente. Em algumas reuniões a ausência dos setores fazendários e fiscais da Prefeitura levavam os representantes da Guarda Municipal a informar que tal demanda não poderia ser atendida por eles, pois tal atuação seria de competência de outro setor do Poder Executivo Municipal.

Nas reuniões com a participação de agentes representantes do setor de fiscalização tributária/fazendária estes apresentavam dados e resultados das ações de abordagens, apreensões e fiscalizações realizadas e das medidas em execução para sanar o problema com os ilegais. Estes também se organizam em divisões territoriais específicas.

Além dos serviços de policiamento e de fiscalização tributária, serviços de limpeza e organização urbana são englobados pelos CCS como parte da Segurança Pública. Todos esses corpos estatais atuam simultaneamente dentro desses zoneamentos da região central do município do Rio de Janeiro; porém disforme, uma vez que cada instituição possui uma abrangência territorialmente demarcada distinta da outra. Essa sobreposição da prestação de

serviços públicos ocorre de forma pouco articulada, sobretudo no que tange às práticas de patrulhamento. O que gera, segundo algumas opiniões, o *deixa que eu deixo*³⁶.

Após a primeira reunião do CCS Centro Antigo-Lapa encontrei um interlocutor, que prontamente se disponibilizou a fazer o contato com um conhecido da sua turma de PMERJ, que por acaso coordenava uma das Bases localizadas na região central. Colocou-se à disposição, este disponibilizou o contato do Coordenador Geral do Programa que, por sua vez, colocou sua equipe à disposição para que eu pudesse tirar dúvidas e também autorizou a observação da Base.

Neste momento, optei por uma das Bases, sendo critérios para tal escolha essa se situar dentro do território de abrangência do CCS Centro Antigo - Lapa, além de sua localização próxima e entre modais de transporte público urbano, com vasto comércio e prédios públicos adjacentes, vindo a ser um espaço de intensa circulação de pessoas onde se fazia presente, também, uma diversificada interação entre moradores, empresários, trabalhadores, entre outros segmentos. Movida pela curiosidade em saber quem eram os agentes de colete e o que faziam na base durante o processo de implementação do Programa Centro Presente, me coloquei novamente a cruzar a Baía de Guanabara em busca de respostas. Trajeto que seria repetido por mais alguns meses.

CAPÍTULO 2 – Organização da Base. Afinal, o que fazem os agentes?

“Ninguém quer fazer o que a gente faz aqui. Policiamento, abordagem...”

(Caderno de campo)

Durante as duas primeiras décadas dos anos 2000³⁷, a “Cidade Maravilhosa” sediou diferentes megaeventos e com estes ocorreram grandes modificações urbanas. Além das obras

³⁶ Na linguagem futebolística, faz alusão a situações nas quais dois jogadores, num mesmo posicionamento de indecisão, permitem que o adversário faça o gol sem resistência. Na Psicologia Social o termo pode ser traduzido por “preguiça social” ou “vadiagem social” e refere-se a redução do esforço individual frente ao trabalho em equipe por haver certa desconsideração quanto à responsabilidade do indivíduo na obtenção do resultado. (Myers, 2014[2010]. p.221-224)

³⁷ Desde a Eco92, ocorrida no ano de 1992, o Rio de Janeiro tem recebido diferentes eventos internacionais, porém entre 2007 e 2016 os denominados megaeventos na localidade se intensificaram, tendo destaque os Jogos Pan-Americanos em 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Cúpula da ONU sobre o Meio Ambiente Rio+20 2012, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014, Jogos Olímpicos de Verão e Jogos Paraolímpicos em 2016.

de infraestrutura, diferentes agendas governamentais³⁸ transformaram o município em um laboratório, sobretudo na área de segurança. Essas modificações atribuíram novas peculiaridades ao cotidiano local.

Enquanto as UPP's, tidas como solução aos problemas de segurança pública a partir da pacificação em áreas de favela, apresentavam resultados pouco eficazes, nas áreas centrais da cidade o Programa Operação Presente destacava-se como alternativa para a redução dos índices de criminalidade.

Na região Central, a implantação do VLT, a remoção da Avenida Perimetral, a reforma da Praça XV, a construção do Boulevard Olímpico e o fechamento parcial da Avenida Rio Branco, alteraram o cenário urbano e o cotidiano do centro comercial e financeiro da cidade. Nesta região também se encontram situadas as principais estações de transferência entre modais³⁹ de transportes⁴⁰ da capital do estado.

Dos serviços públicos de segurança pública implantados, os que não acabaram sofreram cortes em seu financiamento e a readequação para a atuação na cidade em sua normalidade. Estão entre estes o Centro Integrado de Comando e Controle (CCIC) e o Programa Lapa Presente, mantidos financeiramente pelo Poder Executivo municipal e estadual; a Operação Segurança Presente, que abarca “Aterro Presente”, “Lagoa Presente” e “Méier Presente”⁴¹ e o Programa Centro Presente, financiados através de convênios que integram recursos da iniciativa privada e do setor público de âmbito estadual e municipal.⁴² O financiamento de serviços públicos pela iniciativa privada não é algo novo e não se restringe às Parcerias Público-Privada (PPP) estabelecidas na lei 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que regulamenta as concessões públicas de obras e serviços.

O termo *parceiro investidor* tem sido cunhado para caracterizar o financiamento privado de serviços públicos prestados diretamente pelo Estado, sobretudo na área de segurança pública. Os discursos do aumento da criminalidade, associados à crise financeira e

³⁸ Além das alterações espaciais, o Plano Rio Pós16 era composto por agendas sociais que compreendiam a segurança pública, tida como área onde o legado pós megaeventos teria maior impacto (GOÊS, 2011).

³⁹ Diferentes pontos de ônibus, estações e terminais que compõem o sistema de transporte urbano na cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Terminais de ônibus, aeroportos, portos, terminais rodoviários, estação de trem, barcas e vias principais da cidade.

⁴¹ Também chamados de Amarelinhos ou “Minions”, devido à cor do colete (amarelo).

⁴² Os Programas Lapa Presente e as Operações Segurança Presente foram criadas a partir do Decreto Estadual 45.475 de 30 de novembro de 2015, sendo modificado pelo Decreto 45.702 de 30 de junho de 2016 que também cria o Programa Centro Presente e, posteriormente, pelo Decreto 45.896 de 27 de janeiro de 2017.

a precarização da estrutura para a realização dos serviços públicos de segurança encontram-se no cerne da justificação para a realização de tais parcerias.

A instalação de convênios entre instituições privadas e públicas para a execução e financiamento de políticas na área de segurança pública no Rio de Janeiro não é recente. Em 1998, o estado já recebia cerca de 690 milhões de dólares que preenchiam as lacunas orçamentárias da área de segurança, denotando o processo de privatização dos agentes policiais,

“O papel do Estado, nesse processo, é mais visível quando componentes da organização policial são privatizados, como no Rio de Janeiro, onde o governo estadual é pago para subcontratar grupos de policiais militares para proteger prédios governamentais, bem como instalações de empresas e negócios privados. Tendo sido transformados em vigilantes, esses policiais militares em serviço fornecem proteção para instituições privadas ou prédios públicos em troca de equipamento (muitas vezes melhor do que o fornecido pelo Estado) e remuneração financeira (uma parte vai para a própria organização da Polícia Militar)” (HUGGINS, 2010).

Essa modalidade de parceria para a área de segurança não apenas congregava a contratação dos policiais para serviços de vigilância, mas também o financiamento direto de serviços governamentais. Em 2011 e 2014, as UPP's receberam recursos, não somente financeiros, de diferentes setores privados, entre eles a ONG VivaRio, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a empreiteira Odebrecht, o grupo EBX e a Coca Cola Brasil. Dentre as finalidades para o financiamento encontrava-se a aquisição de novos equipamentos de trabalho para os policiais militares, como armamento e colete balístico, estruturação das bases e a implantação de projetos de “gestão social”^{43, 44}

Em janeiro de 2014, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou a Operação Lapa Presente. Com funcionamento diário entre 21h e 5h30, foi implantado através de uma parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro com objetivo de ampliar a segurança na região, demanda que ganhou pressão popular e midiática após a ocorrência de dois homicídios no final do ano anterior, entre eles de um conhecido dono de bar (GONÇALVES, 2018).

A Lapa, localizada na região do Centro Antigo da cidade, tem sofrido mudanças em sua estrutura espacial desde o século XVII e é conhecida pelo antigo Aqueduto da Carioca que hoje sustenta os trilhos do bonde de Santa Tereza, e por ser o berço da boemia e lugar de

⁴³ C.f.: GANEM MISSE, 2013.

⁴⁴ PORTAL UPP com o URL <<http://www.upprj.com/index.php/faq>>.

“malandros”. Durante os anos 1990 e 2000 ganhou centralidade não somente um lugar, mas uma marca, sendo projetada uma nova reestruturação socioespacial buscando dar ordem e organização ao espaço (CARUSO, 2015).

O que tem ocorrido é um deslocamento do que defino como “centralidade da Lapa”, isto é, o bairro deixa de ser o centro das atenções, tanto por parte de empresários como dos gestores públicos, que passam a construir uma “nova centralidade” a partir dos olhos que se voltam para a zona portuária do Rio. O Rio de Janeiro, enquanto Cidade Olímpica, tem construído uma agenda de revitalização cujo objeto é apresentar à sociedade fluminense e internacional o que denominaram como “uma nova porta de entrada do Rio” através do projeto municipal Porto Maravilha (CARUSO, 2015).

Esse processo de transformação urbana não carregou consigo somente as reorganizações espaciais e a revitalização de prédios e praças. Para atender à demanda por segurança e policiamento ao público que transitaria durante as Olimpíadas na região Central da cidade, sobretudo no Boulevard Olímpico⁴⁵ onde ocorreram as transmissões de jogos e atividades culturais das mais diversas, o módulo Centro Presente das Operações foi inaugurado no dia 04 de junho de 2016.

Em quatro etapas, uma a uma, as Bases do programa foram implantadas em locais de grande circulação de pessoas, sobretudo próximo a modais de transporte público e de visitação turística. Estão localizadas na Praça Mauá (em frente ao Museu de Arte do Rio e do Museu do Amanhã), na Praça XV (em frente à estação de barcas), na Praça da Carioca (em frente à entrada/saída do metrô - estação Carioca) e na Avenida Presidente Vargas (em frente à Central do Brasil). Além das Bases, o patrulhamento é realizado por trios de agentes, formando um *cinturão de segurança* na região que interliga outros modais de transportes públicos coletivos, aéreo nacional (Aeroporto Santos Dumont), urbano e interurbano terrestre (Terminal Garagem Menezes Cortes, Rua 1º de Março e outros pontos de ônibus de maior circulação na região) e o VLT⁴⁶.

A parceria entre setor privado e setores públicos (municipais, estadual e federal) objetiva *coibir roubos e furtos, consumo e comércio de drogas, e ainda promover o ordenamento urbano* nas áreas de abrangência do Programa⁴⁷.

⁴⁵ O Boulevard Olímpico, denominado Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, consiste em um calçadão com cerca de 3,5km de extensão passando pelos bairros da Gamboa, Saúde e Centro.

⁴⁶ O VLT Carioca - Veículo Leve sobre Trilhos - é um serviço de transporte público coletivo, movido à energia elétrica, que possibilita a integração entre modais de transporte da região central da cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁷ C.f: Portal do Governo do Estado, 2016.

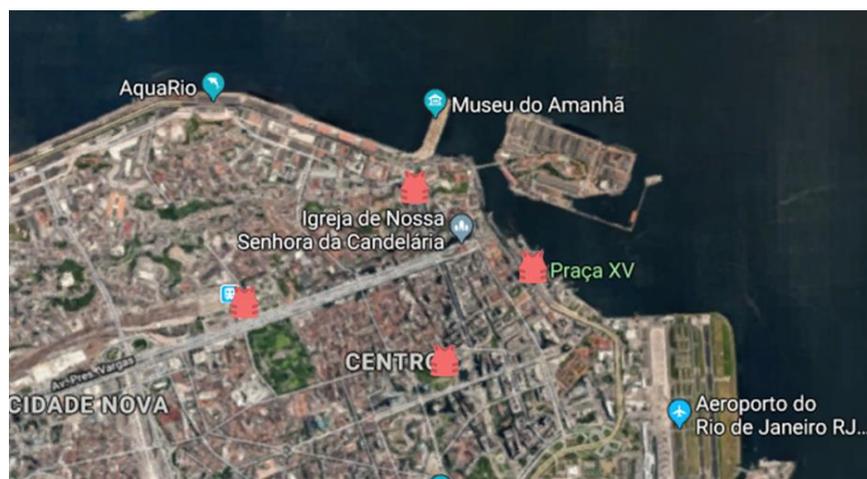


Figura 1 - Localização das Bases do Programa

Disposta a acompanhar o cotidiano dos agentes das bases do Programa Centro Presente, novamente me desloquei à capital, desta vez ao Palácio das Laranjeiras⁴⁸, para o encontro com o gestor administrativo e operacional deste módulo do Programa, sendo muito bem recebida.

Para cada módulo da Operação há uma equipe de gestão político-administrativa formada por um policial militar com oficialato adido⁴⁹ e uma equipe administrativa, composta majoritariamente por agentes civis. Os setores responsáveis por todas as Operações vinculadas à Secretaria de Estado de Governo se encontravam organizados em uma grande sala. A separação das equipes era delimitada por divisórias de MDF e vidro. As divisórias que constituíam a parte superior em vidro possibilitavam ter uma visão ampla da sala mesmo quando os agentes encontravam-se sentados. Estações de trabalho, algumas com computadores e outras não, eram ocupadas por coordenadores, gestores e equipes, dispostos nessa grande sala. Em cada entrada de setor, colado no vidro, um pequeno cartaz impresso que informava sobre qual setor do Programa estava localizada naquela subdivisão.

Apresentando o local, o coordenador gestor explicou que o diferencial das Operações se iniciava ali, naquele gabinete, onde não havia salas ou espaços físicos em separado ou delimitados que reforçassem uma hierarquia estabelecida. A “*gestão enxuta*” e a “*proximidade*” entre os membros da equipe, independente da função, imprimia para os

⁴⁸ Casa oficial do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

⁴⁹ Termo utilizado para se referir ao policial militar que encontra-se prestando serviço à um órgão externo à PMERJ.

agentes o que se esperava do programa nas ruas. Um dos objetivos das Operações consistia na revalorização de práticas policiais pouco valorizadas, como a abordagem e o atendimento a populações vulneráveis, desenvolvendo *não um trabalho de choque de ordem, mas um ordenamento urbano em conjunto com o acolhimento social*. Buscava-se, assim, desenvolver o *sentimento de pertencimento* do morador e comerciante ao local onde era implantado.

A proposta baseada no policiamento de proximidade em um território definido e os agentes envoltos em sua implementação identificados com o colete – *caracterizando o agente não mais como um Policial Militar a serviço da instituição PMERJ, mas um policial militar que desempenhando um trabalho de abordagem e de proximidade com o cidadão, que não era valorizado dentro dos Batalhões*, tinha por objetivo constituir uma espécie de *polícia do bairro*.

Formado no Curso de Especialização de Justiça Criminal e Segurança Pública, outrora oferecida pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, o coordenador gestor colocou-se a apresentar alguns marcos teóricos e outras políticas de segurança que deram conformidade aos conceitos norteadores do Programa, para *contribuir com a minha pesquisa*. A “Teoria das Janelas Quebradas” e a Operação Tolerância Zero de Nova York⁵⁰ norteiam a gestão. Por outro lado, o Plano Nacional de Policiamento por Quadrante da Colômbia⁵¹, o Sistema Kōban⁵² do Japão e o Plano Quadrante dos Carabineiros

⁵⁰ Modelo da moderna política criminal norte-americano, o conceito *broken windows* influenciou diferentes políticas públicas de segurança e de ordenamento público na segunda metade do século XX. Cunhado pelo cientista político James Q. Wilson e o psicólogo da área criminal George Kelling, foi publicado em 1982 e estabelece uma relação de causalidade entre desordem urbana e criminalidade. Compreendendo por desordem desde pequenos delitos, como vandalismo, até o desobedecimento de regras informais forjadas na relação entre pessoas e agente de segurança dentro do território. Outra característica deste conceito é a de que o agente deve estar entranhado no seio da comunidade, criando um vínculo que possibilite o ordenamento em conjunto entre população local e a autoridade policial. (KELLING e WILSON,1982). Na década de 1990 o conceito foi aplicado em Nova York sob o nome de Tolerância Zero. Implantado inicialmente nas estações de metrô para realizar a prisão de puladores de catraca e de pessoas que cometeram pequenos delitos, passou a nortear a ação da polícia da cidade que passou a realizar abordagens que levaram ao cumprimento de mandados de prisão, remoção de segmentos populacionais tidos como desordeiros da região central da cidade e a redução dos índices de criminalidade.

⁵¹ O *Plan Nacional de Vigilancia Comunitaria por Cuadrantes - PNVCC* foi implementado nas cidades de Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla, Cúcuta, Bucaramanga, Pereira y Cartagena. Consiste na divisão da cidade em quadrantes para que os cidadãos se comuniquem mais rápido com as forças policiais, otimizando o serviço de vigilância dentro de territórios. Busca impactar na atividade criminal e na percepção de segurança da população.

⁵² Consiste num sistema de vigilância utilizado há mais de cem anos no país e que faz uso de postos policiais distribuídos em territórios para atender crimes e acidentes. Através do patrulhamento em diferentes transportes e a pé, os agentes ajudam a organizar as o trânsito e, através de visitas, montam um mapeamento da área, sabendo quem reside, trabalha e atua na área - quem é de dentro - e quem é de fora. (DO NASCIMENTO et.al.,2016)

do Chile⁵³ foram apresentados como suporte à política de proximidade. Além destes, o modelo de policiamento comunitário - Cosme e Damião - implantado pelo Coronel Nazareth Cerqueira no final dos anos 1980 e retomado em 1993 na cidade do Rio de Janeiro também foi citado como projeto inspirador incorporado na concepção do Programa.

No livro que relata a trajetória do Coronel Nazareth Cerqueira em sua jornada pela implantação de novas práticas à tradicional PMERJ, o Coronel Jorge Braga apresenta como era realizado o policiamento comunitário.

“Era um policiamento feito em dupla, Cosme e Damião, ou sozinho. Andava-se por determinado quarteirão e ruas; a comunidade conhecia o policial e a maioria das pessoas gostava dele. Havia, dentro do quartel, um telefone para receber chamadas, nosso telefone eletrônico. O policial não tinha um dia certo, ele fazia a escala dele e participava dos eventos na comunidade. Havia também a ronda escolar; a sala de oficina das crianças das comunidades pobres, onde aprendiam a trabalhar como borracheiro, carpinteiro, mecânico. Existiam os programas da criança e adolescente para populações de rua, principalmente menores infratores. Também existia um trabalho chamado Policiamento de Bairro. Por meio dele, parava-se uma Kombi que realizava pesquisas sobre satisfação, criminalidade... O policiamento circulava com esse intuito e depois entrava na Kombi e ia embora. Depois, era feito um policiamento para o horário de incidência de roubo e específico para aquele local onde tinha um tipo determinado de roubo, principalmente o de residências; isso era chamado de área de prevenção. O policial era bem conhecido e tinha comunicação permanente com a comunidade. Não eram substituídos, porque nesse modelo não se deve trocar. É preciso manter o camarada sempre ali, para ele ser conhecido e querido pela comunidade. Tem que ter aquela vocação de policial comunitário.” (LEAL, A. et al., 2010. pp-78-79).

Com o patrulhamento, as Operações implementam a política de prevenção através da inibição de pequenos delitos, sobretudo em áreas com concentração comercial e turística, tendo por metas reduzir índices de criminalidade, promover o reordenamento urbano e a garantir o direito de ir e vir dos moradores e turistas. Essa atuação é realizada através de redes institucionais públicas, com a Prefeitura do Rio, com a Guarda Municipal e serviços de Assistência Social, e através da articulação territorial com moradores e comerciantes⁵⁴.

O Programa Centro Presente é financiado através de um convênio firmado entre setores público e privado⁵⁵. O primeiro convênio possuía validade de 24 meses e vínculo

⁵³ El Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva - PCSP, implementado no Chile em 1927, passando por modernizações durante os anos 1990 e 2000 que culminou na expansão das áreas de atuação de seus agentes e dos territórios de atuação. “El Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva es un sistema de vigilancia por sectores (Cuadrantes), donde se desarrollan acciones preventivas y de procedimientos, en un área cuya vigilancia corresponde a una Unidad de Carabineros. Su sentido general es obtener una mejor eficiencia en el accionar policial y acentuar una relación de trabajo directa con los habitantes de cada cuadrante”. (CARABINEROS,2010,p.19)

⁵⁴ C.f: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2657772>.

⁵⁵ Os Stakeholders do Programa Centro Presente durante os primeiros 36 meses de convênio consistiam na Prefeitura do município do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro e a FECOMÉRCIO.

inicial à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH/RJ⁵⁶), recebendo um investimento calculado em R\$ 47 milhões para a execução de 12 meses⁵⁷, vindo a ser renovado em junho de 2017 por mais 12 meses.

Uma estrutura que, às vezes, se desestrutura

Em junho de 2018, quando iniciei as observações diretas nas Bases do Programa Centro Presente, a mídia noticiava a negociação entre os financiadores, expondo um certo clima de incertezas sobre sua manutenção. Comerciantes e personalidades políticas, além de pequenas passeatas com cartazes organizadas pelo CCS Centro Antigo-Lapa engrossavam o coro de reconhecimento da eficácia do Programa. Na Av. Presidente Vargas uma grande faixa em apoio ao Programa foi estendida em um dos prédios. O convênio veio a ser renovado, com a redução do horário de funcionamento e com um novo *parceiro investidor*, o SESC⁵⁸.

Desde a primeira renovação do convênio, as Bases do Programa Centro Presente têm sofrido alterações em sua estrutura. Tais modificações demandaram dos agentes criativos rearranjos. Durante o período de vigência do primeiro convênio, que abarcou o período Olímpico, o Programa contava com estrutura de apoio (tenda, van e carros), equipamento para patrulha (motos, bicicletas e câmeras-usada para registrar as abordagens), armamento letal e não letal (spray de pimenta e arma de choque), GPS e colete de identificação. As bases móveis consistiam em vans adaptadas. Equipadas com ar-condicionado, televisores para controle de vigilância e acesso remoto ao banco de informações da Polícia Civil, funcionava como espaço de suporte operativo em tempo real para as atividades de policiamento. Findo o período de eventos, as modernas vans foram removidas, dando espaço para tendas articuladas estilo gazebo, com lonas laterais onde estavam estampadas as logomarcas do Programa e de seus stakeholders.

No dia em que fui recebida na Base, um contêiner acabava de ser incorporado à estrutura da tenda, que aos poucos foram sendo organizados pelos próprios agentes. Através do financiamento coletivo e da articulação dos coordenadores, objetos como porta chaves,

⁵⁶ Deste ponto em diante ao me referir a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos utilizarei a sigla SASDH/RJ.

⁵⁷ O convênio que se encerraria em junho de 2017 foi renovado por mais 12 meses.

⁵⁸ “Mantido pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviços, o Serviço Social do Comércio - Sesc - é uma entidade privada que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e sua família.” (site institucional SESC).

contact para as janelas, armários, tomadas e outros arranjos foram sendo organizados para atender a necessidade do dia a dia.

Os contêineres transformaram-se em um espaço para guarda de bens pessoais como mochilas e capacetes, para a realização de refeições, troca de roupa, carregamento de aparelhos celulares, e, por vezes, para a realização de alguma conversa ou reunião mais restrita. A tenda, mantida ao lado ou em frente das bases, era o local de atendimento à população e onde os agentes concentravam suas atividades administrativas e de interação.

Visando melhorar o espaço físico para atender o cotidiano específico de cada base, outros rearranjos aproveitando estruturas já existentes foram realizados pelos próprios agentes. Na base *Bravo*, situada na Praça XV em frente à estação do VLT e da Barcas, por exemplo, uma antiga cabine de informação turística desativada, após as Olimpíadas, foi anexada ao container base, criando um espaço de copa, onde foram colocadas uma geladeira e uma cafeteira. Na *Charlie*, situada no Largo da Carioca, a área da base está localizada ao lado da cabine da PMERJ, onde também há um espaço de cozinha e um banheiro. Ambas bases e suas respectivas estruturas agregadas são cercadas por grades móveis, delimitando o espaço das bases, separando-os das Praças onde se encontram implantadas.

Como não há banheiros, os agentes se trocam dentro dos contêineres, assim como praticam suas necessidades fisiológicas em diferentes locais, sobretudo comerciais, por onde realizam o patrulhamento. A ida ao banheiro é informada pelo rádio e anotada pelos agentes da base. Os agentes fazem uso dos banheiros próximos às bases. Por exemplo, na Bravo faz-se o uso do banheiro das Barcas e na Charlie o comum é a utilização do banheiro da cabine do Batalhão. O uso do banheiro de um dos prédios situado próximo às bases era comum por parte dos agentes, sobretudo os que faziam serviço de patrulhamento. Entretanto, a constante parada de trios de agentes identificados, ficando dois aguardando enquanto um utilizava o banheiro, gerou certa percepção de ócio, sendo solicitado pela coordenação do programa que os agentes não mais utilizassem o banheiro do local.

Além das bases há também *pontos-base, móvel, local estratégico onde as viaturas ficam paradas, na esquina ou cruzamento, um local aberto para que o policial seja visto*. Além do ponto-base móvel, cabines da PMERJ localizadas dentro do território, desativadas ou sem atividade durante o dia, eram negociadas para serem ocupadas por agentes estímulos a serviço do Programa.

Os coletes estavam sendo trocados, assim como os demais materiais que possuíam a logomarca do antigo parceiro financiador. Os agentes já não mais dispunham de armamentos não letais e o colete balístico utilizado era cedido pela SEAP. A manutenção das bicicletas, assim como de demais itens do espaço físico das bases, era realizada pelos agentes ou por parcerias estabelecidas no território ou dentro da PMERJ.

Certa vez eu pude acompanhar a instalação do aparelho de ar-condicionado em um dos contêineres, que foi realizado por um policial militar eletricista que passou uma tarde inteira tentando encontrar o cabeamento elétrico da praça para realizar a ligação do aparelho que se encontrava sem uso há algumas semanas por não ter sido instalado.

O Programa Segurança Presente visto de perto

Chovia quando fui à base pela primeira vez. Fui recepcionada pelo subcoordenador que iniciou a apresentação da base. Afirmando que eu escolhera uma *base tranquila* em comparação de ocorrências e atendimentos realizados pela base Delta, situada na Central do Brasil e que essa característica influenciava diretamente no perfil do policial que escolhia tirar o dia de serviço no local. Segundo ele, a sua maioria era oriundo do QG⁵⁹. Ao longo do tempo pude perceber, pela farda, que eles também tinham origem de Batalhões, UPP's, do Hospital, entre outros setores da PMERJ.

Dentro das alas o que diferencia uma da outra, segundo os agentes, é a idade e a religião dos agentes. Dentre as alas que acompanhei, uma – segundo o seu adjunto – era considerada a ala mais calma que atuava na base, por ser composta majoritariamente por evangélicos, o que norteava a administração dos conflitos de forma pacífica e o respeito entre seus membros.

Os agentes públicos que atuavam na base são divididos em duas categorias: civis e militares e em três tipos de profissionais, classificados pelo seu regime de trabalho: assistente social, fixos e estímulo.

As assistentes sociais realizam uma escala entre si, revezando dois dias trabalhados por um de folga. Seu trabalho consistia em atender a população em situação de vulnerabilidade que procura a base e encaminhá-los a serviços públicos de atendimento social como a emissão de documentos. Cada base possui 3 assistentes sociais.

⁵⁹ O QG, como é chamado pelos policiais, congrega a sede do quartel general da PMERJ, também denominado DGP, e é o local onde se realiza o trabalho administrativo da PMERJ.

Os agentes fixos encontram-se caracterizados entre policiais militares e agentes civis⁶⁰. Os policiais militares compõem a coordenação da base e também as alas. São vinculados à PMERJ e transferidos oficialmente para atuar exclusivamente nos programas do Segurança Presente, a serviço da SEGOV, através de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Cerca de 10% dos agentes que compõem o Programa são fixos, estes são considerados os *multiplicadores* do conceito do Programa, sendo *deslocados para os projetos novos para plantar a semente, por já conhecerem o Programa*.

A coordenação de cada base é composta por oficiais da PMERJ. Divididos em coordenador e dois subcoordenadores, eles possuem escala própria entre si e atuam de forma que sempre haja um deles de serviço acompanhando a ala. Compete ao Coordenador as funções de representação externa como a participação em agendas públicas – tais como as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança da área e reuniões com os gestores do Programa, mesmo essas ocorrendo fora do seu dia de trabalho. E funções de caráter interno, tal como deliberar sobre questões pertinentes à rotina de trabalho, acompanhamento das equipes⁶¹, sendo remetido ao coordenador apenas questões atípicas que demandam tomada de decisão - *a última palavra é sempre do coordenador*.

Cada base possui três alas que revezam a escala de trabalho entre si. Alternam um dia de trabalho e dois de folga. Segundo um dos agentes, essa organização foi estipulada após surgir a demanda dos agentes para alteração da escala de trabalho de 8 horas para 16 horas diárias. As alas são denominadas por Alfa, Bravo e Charlie e são compostas por agentes civis e policiais militares, sendo estes também categorizados como fixos.

Cada ala é composta por um adjunto de ala, um chefe de base, um auxiliar de chefe de base, um auxiliar de van ou base, um motorista e um PM fixo. A hierarquia aplicada nas funções das alas possui relação com o tempo de atuação destes nas Operações Segurança Presente.

A função de adjunto de ala é exercida exclusivamente por policiais militares oficiais da reserva remunerada que retornam à ativa⁶². Ao ingressar no Programa, declaram não mais

⁶⁰ Também denominados de SEGOV por serem contratados em cargo de comissão vinculados à esta secretaria.

⁶¹ Considerando que o coordenador e os subcoordenadores atuam com escala própria e que o acompanhamento do cotidiano da Base é realizado por aquele escalado para o dia, neste trabalho, me referir à coordenação ou ao coordenador estarei fazendo menção à função específica atribuída à ambos os cargos.

⁶² “Art. 6º - São equivalentes as expressões na ativa, em serviço ativo, em serviço na ativa, em serviço, em atividade ou em atividade policial-militar conferidas aos policiais-militares no desempenho de cargo, comissão,

almejar ascender na escala de oficialato. Estão hierarquicamente vinculados à coordenação de base. Os adjuntos ocupam a função de coordenação da ala, sendo o responsável pela supervisão do trabalho desempenhado pelos agentes fixos e assumindo a coordenação da base quando a coordenação se ausenta.

Os agentes civis são egressos das Forças Armadas, indicados pelo Comando do Leste⁶³. Dividem-se em dois agrupamentos. Os agentes civis mais antigos - de Programa - realizam atividades de coordenação das rotinas administrativas nas funções de Chefe de Base, Auxiliar de chefe de base, auxiliar de van ou base, motorista. Os agentes civis mais novos auxiliam o patrulhamento ostensivo, acompanhando a dupla de estímulos e realizando a filmagem das abordagens realizadas. Tal procedimento visa *a transparência da ação e respaldo ao abordado caso se sinta violado*.

Os estímulos são policiais militares que se cadastram no Programa de Estímulo Operacional - PEOp⁶⁴ e se voluntariam para trabalhar até 90 horas em seu dia de folga de forma remunerada. Consistem em policiais que não constituem o segmento de oficiais, não sendo restrito aos oficiais e aos policiais fixos a participação no PEOp.

Após terem seu cadastro aprovado, o policial recebe acesso ao sistema, uma plataforma online, onde pode selecionar quantos dias de folga irá dispor para atuar no PROEIS⁶⁵ ou no RAS. O próprio sistema limita a possibilidade de se inscrever por mais horas e também possibilita que o policial decline da inscrição com até 24 horas de antecedência.

O RAS (Regime Adicional de Serviço) é a modalidade de troca voluntária do dia da folga para atuar a serviço dos Batalhões da PMERJ. O PROEIS (Programa Estadual de

encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade policial-militar ou considerada de natureza policial-militar nas organizações policiais-militares, bem como em outros órgãos do Estado, quando previstos em lei ou regulamento.” - Lei Estadual 443 de 01 de julho de 1981.

⁶³ O Comando Militar do Leste é um dos Comandos Militares de Área do Brasil. É o Comando da 1ª Região Militar e da 1ª Divisão de Exército, com sede no Rio de Janeiro e da 4ª Região Militar sediada em Belo Horizonte. Fonte: Wikipédia

⁶⁴ Criado pelo Decreto nº 45.475, de 27 de novembro de 2015, alterado pelos Decretos nº 45.702, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 45.831, de 23 de novembro de 2016 e pelo Decreto nº 46.261 de 09 de março de 2018; o Programa de Estímulo Operacional constitui a regulamentação para a atuação dos Policiais Civis e Militares empregados nas operações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, bem como estipula os valores do dia de trabalho.

⁶⁵ Criado pelo Decreto nº 42.875 de 15 de março de 2010 e alterado pelo Decreto 43.309 de 24 de novembro de 2011, autoriza a celebração de convênios para a área de Segurança.

Interação na Segurança) é a modalidade que permite ao policial optar em desenvolver o trabalho nos programas e convênios, entre eles as Operações Segurança Presente⁶⁶.

Todas as quintas-feiras, às 6h para as Operações Presente no Méier, Lagoa e Aterro e às 7h para os demais convênios, o Policial Militar acessa a plataforma onde é possível optar pela Base e pelos horários onde irá trabalhar durante o período de folga. O rito de inscrições é realizado semanalmente por aqueles que desejam *bançar*⁶⁷ no Programa.

Os estímulos realizam o patrulhamento, a abordagem e a entrega do serviço *na ponta*.

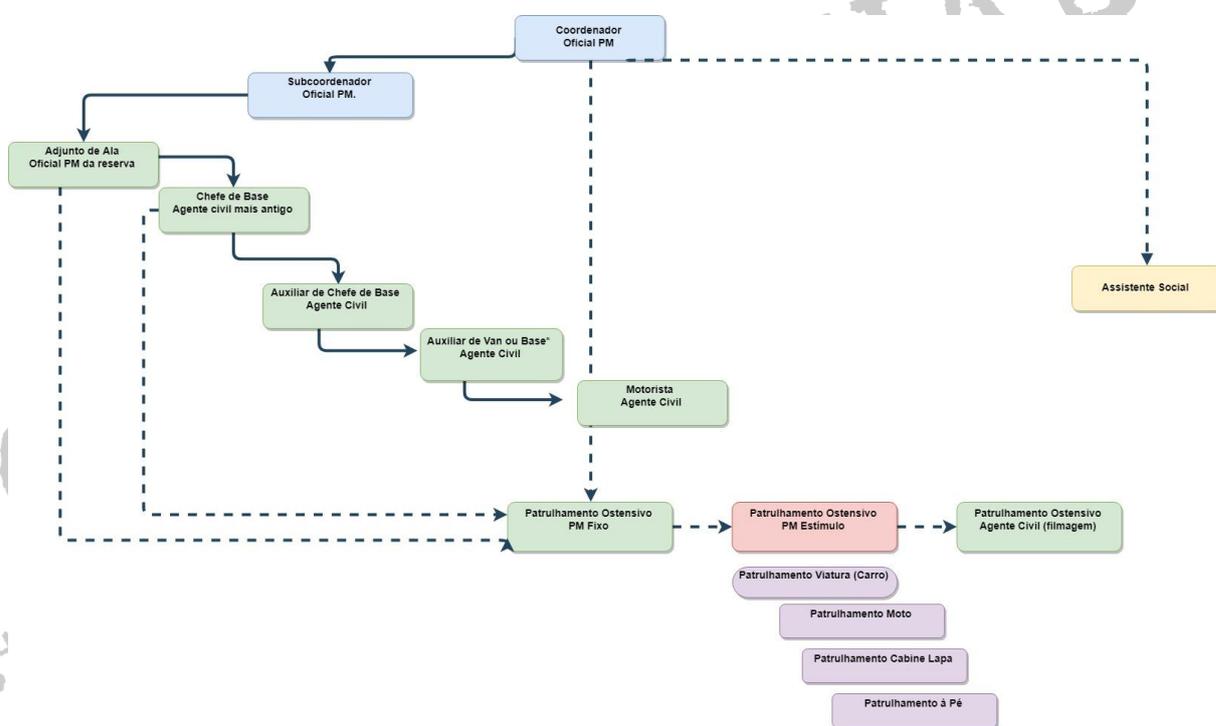


Figura 2 - Organização da Base

As bases começam a funcionar, efetivamente, às 8h, de segunda a segunda, incluindo os monótonos feriados onde a maioria das ruas ficam vazias e o transporte público é escasso. Os agentes civis chegam mais cedo, entre 6h e 7h, para retirar o material que será utilizado

⁶⁶ Além dos convênios vinculados à SEGOV, os policiais podem atuar em Convênios do PROEIS celebrados com Prefeituras ou Concessionários de Serviços Públicos, entre elas as Barcas, a Light, o Trem do Corcovado, a Supervia, o BRT, o Metrô, entre outros. Fonte: <http://www.pmerj.rj.gov.br>.

⁶⁷ Outras categorias como *tirar*, *estar de serviço*, *tirar serviço* podem ser utilizadas com o mesmo sentido pelos agentes.

durante o expediente de trabalho. Ao chegar na Base iniciam o trabalho de organização e limpeza do espaço.

Entre 8h e 9h chegam os estímulos que assinam junto ao Chefe da Base e ao Auxiliar a escala⁶⁸ do dia. Para cada trio composto por dois policiais militares e um agente civil, há uma demarcação específica da rua onde o patrulhamento a pé deve ocorrer; o mesmo ocorre com a área onde o patrulhamento é realizado em bicicletas e motocicletas, dentro da microárea atendida pela Base. Tais posições no território são informadas neste momento.

Os agentes que realizam o patrulhamento retiram os equipamentos, rádios, máquinas fotográficas e coletes balísticos, devidamente numerados, sendo anotado em formulários específicos o nome de quem retirou e a numeração do equipamento.

Próximo às 9h o coordenador ou policial militar com função mais próxima ao coordenador na escala hierárquica de organização da base, reúne todos em uma roda. Nesse momento é realizada a chamada nominal dos estímulos e passam-se informes sobre os acontecimentos do dia. Antes de liberá-los para a rua, aquele na função de coordenador do momento reforça também o zelo durante a abordagem, sendo incentivado a não fazer uso da violência.⁶⁹ Após o término das falas, os trios são liberados para o patrulhamento, ficando na base apenas os agentes fixos com funções pré-determinadas.

Entre 12h e 14h é realizada a hora do almoço. Alguns fixos e estímulos regressam à base para carregar o celular, se alimentar, assinar algum formulário que tenha sido esquecido pela manhã, entre outras coisas. Nesse momento espalham-se pelo espaço e conversam sobre diferentes assuntos.

Após o almoço, por volta das 14h ou 15h, é realizada a supervisão das equipes (trios de policiamento) pelo coordenador ou subcoordenador presente no dia. Antes de sair da base faz-se um informe via rádio marcando o início da supervisão. Ele escolhe, dentre os agentes que se encontram na base no momento, quem o acompanhará. Em companhia de um agente civil - normalmente o mais antigo presente no local - e por um policial militar fixo, em trio, saem para verificar se as equipes se encontram em seus respectivos postos e quais eventos ocorreram ao longo do expediente.

⁶⁸ Lista de presença que consta os dados do agente. Essa listagem é gerada através da seleção realizada pelo agente quando escolhe a Base onde irá *bancar* as horas de trabalho voluntário remunerado.

⁶⁹ Durante o período eleitoral, sobretudo agentes de segurança candidatos, que solicitavam o uso da fala para se apresentar e apresentar suas propostas. Essas versavam sobre a institucionalização e o compromisso com a manutenção do Programa.

Ao chegar numa rua onde determinada equipe estava situada, ele solicitava, também via rádio, a localização desta se dirigindo ao seu encontro. Ao encontrá-los o coordenador pergunta se há alguma ocorrência, algo suspeito, como está o patrulhamento, entre outras coisas, buscando informar-se do trabalho e das demandas apresentadas no local durante o período de atividade da equipe.

Durante o expediente de trabalho, a assistente social realiza o atendimento e o encaminhamento de pessoas em situação de rua para serviços de atendimento socioeconômico. Consiste o atendimento padrão no encaminhamento de pessoas em situação de rua que haviam perdido seus documentos para a retirada de novos através da Defensoria Pública. A partir de uma parceria entre o Programa e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a base, todas as tardes, torna-se o local para encaminhar a pessoa em situação de rua para a triagem – *na Ilha* – para que essa possa dormir em um dos hotéis sociais dispostos pela política municipal e estadual de assistência social. Nem todas as bases congregam tal parceria, mas todas as assistentes sociais possuem proximidade com a população de rua que reside em espaços públicos próximos à base.

Nesse período da tarde, os agentes fixos executam suas funções na Base. Levam para carimbar os comprovantes de estacionamento dos policiais em serviço no dia, realizam o preenchimento de outros formulários, organizam a base, auxiliam no atendimento de ocorrências atípicas, acompanham os grupos de WhatsApp⁷⁰ construídos para manter a comunicação entre a base e os agentes, entre a base e os moradores, comerciários e trabalhadores do território, e preenchem o caderno de meritórias⁷¹.

Todas as tardes, por volta das 14h, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos estacionava seu micro-ônibus e sua van próximo a base Charlie. O micro-ônibus era utilizado para transportar os encaminhados para *a Ilha*, costumeiramente saía entre 15h e 16h. Não era incomum que pessoas em situação de rua que se encontravam trabalhando em horário comercial tivessem que ser orientadas a buscar a base da Lapa Presente, que funcionava após as 20h, para tentar ingressar no serviço de acolhimento. Ao lado da van, parava também um caminhão pequeno de caçamba aberta e dois funcionários da Companhia de Limpeza Urbana - COMLURB.

⁷⁰ Aplicativo de telefone desenvolvido por Brian Acton e Jan Koum, que constitui o arcabouço das redes sociais. É utilizado para a comunicação entre pessoas ou entre grupo de pessoas.

⁷¹ São denominadas meritórias o dia de folga dado ao policial que realiza uma abordagem que gera a prisão do abordado. Tal medida adotada por todos pelos módulos da Operação Segurança Presente visa reconhecer e prestigiar o trabalho realizado pelo policial dentro dos conceitos norteadores do Programa.

Uma das atividades exercidas pelos Policiais Militares fixos era o acompanhamento da Operação da COMLURB, consistindo em garantir a integridade física dos agentes envolvidos da Operação, sendo escalado o policial que estivesse na Base ou próximo a ela.

Entre as 17h e 19h outro momento de refeição é realizado, sendo este um novo momento de socialização entre os agentes fixos e estímulos. Às 20h é informado pelo rádio o encerramento do dia de trabalho. Nesse momento, os agentes recolhem e conferem todos os equipamentos retirados pela manhã. Os coletes balísticos são contados e as câmeras e seus cartões de memória são checados um a um seguindo a numeração disposta nestes. Os rádios são desmontados e aos poucos a Base começa a ser fechada pelos agentes fixos que encerra seu expediente às 21h.

Observando as ruas

Minha primeira saída se deu acompanhando o Coordenador da Base onde eu estava realizando a pesquisa à outra Base da região. Ele precisava entregar a escala, deliberada em uma reunião naquela manhã, que determinava a escala de destacamento de efetivo para acompanhamento das Operações da COMLURB.

Coincidentemente neste mesmo dia o Coronel, criador e mentor das aspirações do Programa, durante sua passagem pelo local decidiu parar para conversar com os colegas de Instituição. Dos projetos no qual se encontrava engajado estavam o seu livro onde ele relata o processo de concepção e implantação Operações Lei Seca e Segurança Presente. Comovido pelo meu interesse em conhecer o Programa, iniciou a apresentação ali mesmo, na Base.

Concebido visando modernizar as tradicionais práticas profissionais da PMERJ, segundo ele, o Segurança Presente busca desenvolver duas formas de *Proximidade*, uma que reduza as distâncias e as punições entre os membros e outra que aproxime o policial (agente) da população.

A *Proximidade* de caráter interno opõe-se, supostamente, ao atual modelo militarizado de gestão da PMERJ que deixa preso o policial que esquecer a *cobertura*⁷² ou aquele que se esquece de fazer a barba. Para o Coronel, tais medidas punitivas prezavam pela imposição da força e não pelo diálogo. Evidenciando que não era contrário à penalização do descumprimento de regras, se dizia, porém, a favor da concepção de regras e punições

⁷² Boné padronizado da organização que compõe o uniforme. Herdado do uniforme da PMERJ, também é incorporado ao uniforme de outras instituições como a Guarda Municipal.

atualizadas, desde que não retirassem um policial de seu trabalho por algo sem gravidade e que não gerasse constrangimento e desestimulasse o policial.

A *Proximidade* de caráter externa condiz com as práticas policiais durante a entrega do serviço ao cidadão, assimilando a relação governo-negócio, onde o Estado assume o caráter de prestador de serviços e o cidadão de cliente, devendo o agente deixar seu *ethos* de policial militar para ser aquele que entrega o serviço de segurança pública.

A construção do *ethos* policial militar, ou melhor, a ressocialização no mundo da caserna imprime marcas simbólicas que são visíveis ao primeiro olhar, que se mostram evidentes logo no primeiro contato. O espírito da corporação encontra-se cuidadosamente inscrito no gestual dos policiais, no modo como se expressam, na distribuição do recurso à palavra, na forma de ingressar socialmente nos lugares, no jeito mesmo de interagir com as pessoas etc. creio que mesmo uma pessoa desinteressada e distante do universo dos policiais militares é capaz de notar algumas características peculiares e até pitorescas do seu comportamento (MUNIZ, 1999, p. 89).

Esse duplo conceito de *proximidade* norteava as atividades dos agentes da base demarcando a diferença entre o trabalho prestado no Programa Presente e o desenvolvido durante as atividades policiais de outros institutos da PMERJ.

Um caso pode ajudar a visualizar. Era quase dezenove horas quando uma mulher se aproximou pedindo auxílio para que os agentes intervissem num conflito que envolvia ela, a mãe e um ambulante informal. O conflito vinha se desenvolvendo há algumas semanas, vindo a resultar num registro de ocorrência na semana anterior, em razão do rapaz ter agredido o irmão da mulher e de ter tentado quebrar sua banca. Seu início teria se dado com a disputa pelo uso do local, onde as bancas de produtos foram expostas - *Ele tava esquentado, alterado, porque quer que eu saia dali*. Continuou - *Sou livreira e não camelô*, argumentando que atuava ali, na porta do metrô, há anos e que possuía todas as autorizações da prefeitura. Solicitou aos agentes que eles pudessem intervir e remover o rapaz - *alto, forte que queria dar porrada nas mulheres*-, evitando assim o agravamento do conflito e uma nova ida à delegacia.

O coordenador então, diante da demanda, explicou à senhora que não poderia intervir para remover o outro ambulante, por não ser da competência do Programa e sim da Guarda Civil Municipal tal fiscalização. Mas que mandaria um agente para conversar com o rapaz. Chamando um PM fixo explicou a situação e o local do conflito e pediu para que o PM acompanhasse a senhora, ressaltando que o mesmo deveria buscar sanar o conflito sem gerar outro, ressaltando mais de uma vez ao agente - *conversa como polícia*. Apenas a frase e uma troca de olhares entre os agentes evidenciou a codificação envolta na ação sugerida.

Eu não tive a oportunidade de perguntar o que isso significava me sendo passada a ideia de que não há apenas uma forma de *ser polícia*, havendo muitas variáveis que convergem para o que podemos compreender como sua atuação discricionária. Kant de Lima (1994), entretanto, sugere que a discricionariedade policial, no Brasil, não envolve a opção por agir de acordo com critérios tais como oportunidade e razoabilidade. Envolve antes a obrigação de atuar diante da observância de um provável delito. No caso, me pareceu que a perspectiva de administrar o conflito se insere como uma variável importante no âmbito do programa. Muito embora a senha “converse como polícia”, na ocasião faça apelo ao lugar que tem a Polícia Militar no imaginário social, muito diferente do que tem, por exemplo, a Guarda Municipal. Em outras palavras, o potencial de constrangimento da primeira é muito maior. Assim, a introdução de variáveis pretensamente mais modernas, diferentemente do que se afirma, não descartam aspectos próprios dos arranjos tradicionais de controle.

Essa oposição entre o tradicional e o moderno expressa, simbolicamente, no uso do colete, não é refletida na socialização dos agentes envolvidos no Programa. Os agentes civis e militares fixos, em sua organização na base, reproduzem o sistema organizacional e hierárquico da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Assim como os estímulos acabam por realizar formas de prestar os serviços de segurança. Reféns de sua condição de militar, enquanto usam o colete em seus dias de folga - a serviço do cidadão-cliente -, suas práticas serão condizentes com os valores do Programa, porém este não altera a forma de atuação deste policial em outros territórios, sobretudo nas favelas onde o serviço público de segurança será prestado tendo por agenda norteadora o combate.

CAPÍTULO III – Farda ou Colete? Representações em disputa.

“Você está vendendo o produto. Uniformização”.

(Sobre o uso da cobertura - Caderno de campo)

Passava das dezenove horas quando a Presidenta do Conselho solicitou ao Coordenador do Lapa Presente que apresentasse o Programa. A cadeira de madeira e sem apoio já gerava certo desconforto em quem assistia as apresentações. Assumindo o microfone ele prometeu ser breve. Fez uma rápida apresentação dos números de prisões e atendimentos sociais efetuadas pelo Programa Lapa Presente, no último mês e desde que o Programa foi

implantado, focando sua apresentação em um debate posto no momento havia sobre o uso ou não uso da farda pelos policiais militares que atuavam nos programas vinculados à SEGOV,

“O Programa está para completar o trabalho da polícia, nos orgulhamos da nossa farda e em ostentar a farda policial militar, porém quando chegamos [em referência à implantação do projeto] na Lapa as pessoas que frequentam tem um viés ideológico sobre a polícia militar.”

....

“Entendendo que a utilização do colete seria importante para representar o Estado e nos confundiam com a Guarda Municipal.”

...

“Agentes egressos da FFAA eram cooptados pelo tráfico e hoje eles regressam ao seio da polícia militar. O colete foi a forma encontrada para tornar mais palatável para o público da área para que estes aceitassem a nossa presença na área.”

...

“Fardados ou não estamos para combater o mal.”

(Coordenador Lapa Presente - Reunião do CCS/Caderno de Campo. Grifo meu)

Na reunião do mês seguinte os policiais militares já não mais comungavam do mesmo uniforme. O uso da farda por debaixo do colete agora diferenciava visivelmente os policiais e os agentes civis. Essa nova determinação entrelaçava-se com as discussões sobre a renovação do convênio, em Julho de 2018, deixando evidente quem era policial e quem era agente civil, *quem tem arma e quem não tem.*

Outras soluções como uma nova insígnia, um broche ou uma braçadeira foram também debatidas como forma de demonstrar que o policial militar estava a serviço do Programa, vindo a ser uma surpresa para os defensores do uso do fardamento o uso do colete por cima da farda, contrariando, inclusive, tradicionais regras da instituição PMERJ. Pela falta de manga nos coletes, os *patches* expostos dos uniformes policiais revelavam o local de seu serviço ordinário e sua graduação enquanto policial militar. Os diferentes cortes, tonalidades e detalhes da farda da PMERJ, apesar de parecer que contribuem para a ideia de que *o padrão da polícia militar do Rio de Janeiro é não ter padrão*, aos olhos treinados podem revelar o período de ingresso na instituição.

Ao perguntar sobre as funções desempenhadas e suas relações com a hierarquia militar, o *adjunto* me informou que no Programa segue-se a hierarquia estabelecida pela

função que o agente desempenha dentro do Programa, ocorrendo de ter policiais de graduações menores em espaços de coordenação e policiais com graduações maiores em espaços de subordinação, dando como exemplo a sua própria situação com o coordenador daquela base. A hierarquia militar somente é acionada caso seja percebido ou falado algo que desrespeite ou ofenda a patente. Somente nesses casos *puxa-se para a parte militar, caso ocorra uma ofensa pessoal ou uma agressão moral, ordena-se a prisão.*

Por diversas vezes, eu ouvi meus interlocutores realizarem comparações entre o *trabalho na base* e o *trabalho no Batalhão*, reportando-se a questões como a forma de se ordenar que se faça algo, o distanciamento entre oficiais e praças e entre as graduações existentes nesses agrupamentos, a forma de punição e a forma de ordenar o cumprimento de um pedido realizado pelo comandante ou por um coronel.

A distância existente entre os cargos dispostos hierarquicamente na PMERJ influencia diretamente na relação de quem manda - quem obedece de uns sobre os outros. Inclusive, na operação de atividades ilícitas. Dois *estímulos* conversavam comigo durante o horário de almoço sobre como a corrupção pode ser verificada dentro da instituição e no sistema militar, onde o coronel ou o comandante do batalhão manda o policial fazer algo e este não pode negar fazer. Caso venha a se negar é punido por descumprir uma ordem superior e caso busque ajuda na Instituição pode ser desqualificado:

- *o cara manda você ir lá pegar um negócio pra ele, você vai dizer não pra ser preso? (...)*

- *antigamente era pior, hoje você ainda pode recorrer ao comando e pedir pra ser trocado de lugar, mas é complicado(...)*

- *você não pode reclamar, dizer que não quer trabalhar com/para... Qual o motivo? (...)*

- *Tá criando fofoca?*

(Caderno de campo)

Apesar de afirmarem que hoje há uma abertura maior para conversar e apresentar demandas, isso é sempre feito com muita ressalva. Um deles, ao ser transferido do Batalhão

para um setor administrativo, afirmou que hoje ele consegue falar com mais proximidade a um coronel ou major, mas que somente o faz quando há abertura, quando o ambiente ou a situação em que se encontram o permite falar livremente, mas, ainda assim, o faz com algum zelo.

Naquele momento também havia uma organização, entre os agentes de cada base, para incorporar aos coletes o nome de guerra e uma numeração. Não era algo uniforme entre todas as bases, uma havia começado e as outras aderiram a ideia. O nome de guerra condiz com o último sobrenome que também era utilizado pelos agentes civis nas instituições militares que serviram. Os policiais militares fixavam o *patch* de seus uniformes da PMERJ em um velcro no colete, e os agentes civis recebiam *patch* com os mesmos nomes de quando estavam vinculados às Forças Armadas. Caso ocorresse de ter muitos agentes com o mesmo sobrenome em uma mesma base, era possível escolher o uso de outro sobrenome ou do primeiro nome.

Quanto às numerações fixadas nos coletes dos agentes fixos civis e militares correspondem ao seu lugar na hierarquia da base, tidos como uma forma de tornar visível a divisão organizacional disposta, até o momento, em documentos.

O coordenador da base e o agente civil chefe de base conversavam acerca da implantação da identificação numérica. O primeiro afirmava que havia feito a divisão hierárquica enquanto mostrava um papel com a informação. O número 1 corresponderia ao coordenador, os números 2 e 3 aos subcoordenadores. Após estes, os adjuntos de ala, os policiais militares e, em seguida os agentes civis, que receberiam suas numerações numa relação escalar conforme a posição de sua função. Quanto mais distante da numeração atribuída aos militares, mais distante seria a sua atuação da burocracia da base. A lógica atribuída para a definição desta organização hierárquica seria a arma de fogo.

Em relação aos agentes civis, a hierarquia é construída a partir da definição das funções que estes exercem dentro das alas, sendo estas atribuídas por critério de antiguidade do agente no Programa. Há, em alguns setores, tanto nas bases quanto no gabinete, agentes civis que atuam nas Operações desde seu início, no Lapa Presente. Essa condição os dá prestígio para a ocupação de funções de cunho burocrático-organizacional, sendo atribuídas tais posições na hierarquia como reconhecimento da responsabilidade que o agente possui no desenvolvimento de suas funções.

Ao ter a concessão para observar as Bases de dentro, o Gabinete colocou dois agentes civis a disposição para que eu pudesse tirar dúvidas e para que eles pudessem me auxiliar a entrar nas bases. Ambos atuavam nas Operações desde o início. Em algumas alas, a função de Chefe de Base também foi concedida a agentes civis que acompanhavam o Programa Centro Presente desde a instalação da sua primeira base, em junho de 2016. Pela coordenação geral das Operações, esses agentes atuam como *multiplicadores* dos valores originários do Programa Operações Segurança Presente.

Tais valores consistem na manutenção do controle social em determinadas áreas comerciais e turísticas da cidade, buscando não intervir fazendo uso de ações de choque de ordem⁷³, estas atribuídas à Guarda Municipal, sobretudo em se tratando do chamado comércio informal. Havia, inclusive, por parte dos agentes, o estímulo às pessoas em situação de rua que buscam auxílio social na base para que esses tentassem prover seu sustento sem realizar mendicância ou, eventualmente, até mesmo pequenos furtos.

Articulando, como referi no capítulo anterior, conceitos da Teoria das Janelas Quebradas, da política de Tolerância Zero e da Polícia de *Proximidade* acionadas no processo de implementação ou da entrega do serviço à população, o Programa promove práticas de policiamento, patrulhamento e abordagem da população pouco valorizada quando da atuação do policial militar em seu cotidiano dentro da PMERJ. O que pode resultar em procedimentos interessantes ao serem observados.

Era quase quatorze horas e eu acabara de regressar do almoço juntamente com os agentes fixos. Era comum que fossemos almoçar juntos e, mais tarde, soube que tal prática me gerou algum prestígio junto aos rapazes. O coordenador chamou para acompanhar a *supervisão* apenas um agente civil e eu. Seguindo uma das ruas ele colocou-se a, durante o trajeto, me explicar como era realizada a abordagem e qual era o público a qual essa se dirigia.

Numa rua, sentados no meio fio e encostados numa banca de revistas, três adolescentes negros conversavam durante o que parecia ser seu momento de trabalho. Todos trajavam camiseta, chinelo e bermuda e um deles carregava uma caixa de engraxate enquanto outro portava uma embalagem de paçocas já pela metade. Ao avistar os adolescentes, o coordenador me olhou e disse que iria me mostrar como era realizada a abordagem. Junto ao agente civil ele colocou as mãos para trás e, indo em direção aos garotos, deu boa tarde. Eles

⁷³ Política de controle a desordem urbana que compreende, na maioria das vezes, a imposição de força e violência.

prontamente se levantaram e o coordenador solicitou que lhe mostrassem os documentos. Estes prontamente removeram de bolsos e da cueca seus RG's. Todos possuíam menos de 18 anos de idade.

Enquanto segurava o documento de um dos meninos, perguntava-lhes de onde eles vinham, o que estavam fazendo ali, se tinham passagem [isto é, se já haviam sido levados à delegacia em algum momento]..., e os meninos respondiam prontamente. Oriundos de um município da Baixada Fluminense, estavam ali tentando, visivelmente, angariar algum dinheiro através da comercialização de doces e engraxando sapatos. Então o coordenador pediu ao agente para revistar a caixinha de engraxate. Ao fazê-lo e sem nada encontrar dispensou os rapazes.

Seguimos nossa caminhada enquanto ele me explicava que pessoas que cometem pequenos furtos na região costumam esconder nessas caixas de engraxate facas, material usado para cometer o delito, ou até mesmo as utilizam para esconder coisas roubadas. E que os policiais do Programa sabiam onde procurar⁷⁴, afirmando que as pessoas que olham, acham que são engraxates e por não darem atenção acabam sendo assaltadas. Ao chegar na esquina desta rua, o capitão encontra-se com a equipe 01 e realiza a supervisão. Encerrando a coleta de informações verbais, seguimos para a outra Base.

Após o encontro com o coordenador e a realização da entrega da escala da COMLURB, já escurecendo, foi dada a continuidade à supervisão das equipes dispostas do outro lado do território de sua Base. Nesse momento, o coordenador dispensou o *agente civil* para que ele desse início aos procedimentos de finalização do expediente enquanto nós seguimos.

A rua pela qual seguimos não possui muitos comércios e a proximidade de um feriado prolongado a fazia ficar mais esvaziada que o comum. Algumas pessoas em situação de rua já se ajeitavam debaixo das marquises e espaços prediais mais cobertos, entre eles a entrada de algumas agências bancárias. Era cerca de 19 horas quando, no rádio, foi realizada uma chamada para atendimento de uma ocorrência. O coordenador então me olhou e disse: *agora vou te mostrar como atendemos uma ocorrência; vai ser bom pro seu estudo?*

⁷⁴ O saber prático acionado por policiais militares do Rio de Janeiro constitui de categoria nativa denominada “faro policial”, sendo esta central para apreender as materializações de suspeição e suas motivações durante a realização do patrulhamento ostensivo (ALBERNAZ, 2015).

A ocorrência devia-se a um chamado do gerente de um banco localizado na mesma rua em que nos encontrávamos. Buscando nos prédios seguimos, eu e ele, tentando localizar a numeração para encontrar o local da ocorrência. Cerca de 10 minutos depois chegamos ao local, concomitantemente, a outros vinte agentes do Programa Centro Presente. Todos para realizar o atendimento, oriundos não somente da base situada naquele território, mas também de outras bases do centro. Logo em seguida encostou, com a moto, um agente de segurança privada⁷⁵ que realizava o serviço de vigilância da rua onde se localizava a agência. Para minha surpresa o segurança era um policial, que eu já havia encontrado durante a pesquisa.

Adentraram na agência o coordenador, acompanhado do segurança-policial, enquanto eu e os agentes esperávamos, do lado de fora. Estes últimos aguardavam informações sobre a ocorrência e do como proceder. Ao sair, o coordenador narrou o acontecimento.

Um funcionário terceirizado, auxiliar de serviços gerais do banco, havia furtado do caixa pouco mais de mil reais e ido embora após o expediente. Ao perceber o ocorrido, o gerente do banco acionou o programa para realizar o atendimento da ocorrência. Dispensando todos que estavam de prontidão para agir aguardando na porta do estabelecimento, seguiu comigo para concluir a supervisão das equipes.

Enquanto andávamos, ele informou que o gerente havia ligado para o funcionário e pedido para que ele regressasse à agência. O segurança-policial ficara de *tocaiá* no banco, aguardando para *pegar o flagrante*. Cheguei a comentar com o coordenador que achava difícil que o funcionário voltasse, ainda mais por ser véspera de um feriado prolongado.

Alguns dias depois ao chegar à base um fixo me informou, comemorando, que o funcionário havia regressado e, abordado pelo segurança-policial, foi encontrado na cueca do funcionário a quantia furtada. Ao ser encaminhada à delegacia a ocorrência, categorizada como flagrante, foi contabilizada como atendimento da base, uma vez que o segurança era, também, policial que atuava no Programa. Esta ocorrência não foi noticiada.

Pouco antes os agentes comentavam sobre a ocorrência, sendo narrado o ocorrido de forma detalhada, como a estratégia foi empregada para pegar o bandido. Nesse momento, um dos agentes que também estive no local começou a comentar sobre outro policial militar que atua em outra base. O rapaz recebera, entre os agentes, o apelido de *Percy - o ladrão de*

⁷⁵ No Brasil denominada de vigilância privada, vigilância patrimonial, entre outras.

*ocorrências*⁷⁶ por sempre buscar fazer a condução dos suspeitos à delegacia e realizar o registro da ocorrência, vindo a garantir a *meritória* para si, mesmo quando não realizava a abordagem.

Há em cada base um livro ata onde são registradas as informações sobre as ocorrências que resultaram em prisão e quais policiais a realizaram. A partir desta é contabilizado o número de prisões realizadas ao longo do processo de implementação do Programa. Essa prática fora adotada como forma de reconhecer o trabalho que é pouco valorizado dentre as práticas policiais galgadas na política de combate dos *patameiros*⁷⁷.

Por parte dos policiais militares que atuam no Programa há também uma sensação de reconhecimento profissional, atribuída pela descentralização do comando (que passa a ser regido pela organização da base) e flexibilização da hierarquia militarizada, que os garante *liberdade para trabalhar*. Ao apontarem as mudanças institucionais ocorridas com a Intervenção Federal, um deles afirmou que na Polícia Militar há uma *ingerência política grande, gerada por vaidades políticas e interesses do gestor eleito*. Em oposição aos *Jurunas*, aqueles que ascendem na instituição através da articulação política, a noção de mérito, meritocracia combinando através do tempo de atuação, quantidade e qualidade dos atendimentos e dos registros das ocorrências, são colocados como um valor importante de reconhecimento do trabalho desenvolvido dentro do Programa: “*aqui você é estimulado a melhorar*.”, observou um de meus interlocutores.

No caso da Polícia, o trabalho exercido fora do tempo de trabalho formal gera um mercado de trabalhos, com nichos específicos que se organizam em relação às hierarquias, e também nas relações de sociabilidade que ocorrem nas esferas onde o trabalho policial é realizado. Não era incomum presenciar indicações e trocas de telefones para contato *caso surgisse algum trabalho eu te indico*, apontando para outras intersecções entre o público e o privado no decorrer da prestação de serviços de segurança na urbe.

Os policiais detentores do oficialato - e também gestores políticos dos serviços de segurança pública - possuem preferência em realizar *bicos*, sobretudo por estes pagarem melhor e não descontar o imposto de renda. Elemento tido como prejudicial frente aos gastos domésticos que o policial tem após ingressar na carreira, tendo que pagar *gasolina, carro, casa em local seguro, escola pros filhos,...* entre outros itens que denotam mobilidade social

⁷⁶ Em relação ao personagem Percy Jackson o ladrão de raios, protagonista das séries *Percy Jackson & the Olympians* e *The Heroes of Olympus*, escrita por Rick Riordan.

⁷⁷ Policial militar que desenvolve trabalho no Patamo, patrulhamento tático móvel.

do policial que ascende ao oficialato e galgam maior segurança e qualidade de vida aos seus familiares. Em relação ao PROEIS quando questionado sobre o papel deste na regulamentação de uma modalidade de trabalho similar ao *bico*, há o reconhecimento deste de formas distintas. Entre os oficiais, a compreensão que o PROEIS *legalizou vantagens por possibilitar um leque maior ao policial e desvantagens, por nem sempre ser pago em dia e por entrar no imposto de renda.*

Os policiais militares que *bancavam* como *estímulo operacional* viam a oportunidade de trocar as horas de folga por horas de trabalho remunerado como uma forma de prover o consumo de bens que não seriam acessíveis somente com a remuneração paga pela corporação. Como me confidenciou um dos profissionais: *A gente trabalha para pagar sombrancelha à frio, unha acrígel... Durante a semana a gente trabalha pra pagar as contas né? E no fim da semana pra pagar a graça.*

A incorporação de agentes egressos das Forças Armadas para atuar no Programa justifica-se como uma forma de oportunizar a jovens que, após completar o tempo de serviço, estariam desempregados, sendo muitas vezes cooptados para atuar junto às facções criminosas. Como explorou Sines (2018), em sua monografia, para os agentes, essa oportunidade vinha a calhar com a falta de vagas no mercado de trabalho e a incerteza de conseguir um emprego, sendo o Programa um momento para vislumbrar outras oportunidades de carreira. Nem todos almejavam incorporar-se à carreira policial, alguns faziam faculdade nas mais diversas áreas e outros buscavam empreender individualmente ou em família.

As assistentes sociais são oriundas, em sua maioria, de outros Programas da área de Segurança, sobretudo do Programa Delegacia Legal. Estas desenvolvem o trabalho que, com o tempo, possibilita a aproximação das pessoas em situação de rua com a base, possibilitando assim distinguir quem são os moradores do microterritório e quem são os forasteiros, quem *dá trabalho* e quem é *bonzinho*. Todas as tardes, para além do atendimento e do encaminhamento, as pessoas que residem nas ruas próximas às bases param para conversar. Por vezes agraciavam as assistentes com frutas, doces e outros mimos que conseguiam *mangueando* pelos centros da cidade.

Essa aproximação com a população tida como marginalizada remonta a manutenção das bases na mesma localidade, criando assim o controle social sobre a população do território tendo como suporte o conhecimento dos diferentes públicos que ali circulam, trabalham, estudam e vivem.

Em relação à composição do corpo de profissionais do Programa, vislumbra-se a reafirmação da existência de um saber prático associado àqueles que, outrora, atuaram em setores de segurança pública e de defesa, que os torna legítimos para ocupar as funções estabelecidas para que o processo de implementação apresente eficácia. As relações entre setores públicos e privados dão-se através de redes, onde os gestores políticos possuem papel central no processo de articulação entre os diferentes setores, e de malhas⁷⁸ que se constituem através do trabalho desenvolvido no cotidiano, abarcando aquelas que se dão dentro do território. Tanto as redes quanto as malhas operam com fins a projetar e introjetar prestígio ao trabalho policial, seja por meio de novas parcerias para a implantação de novas bases e, assim, ampliar as vagas do trabalho realizado fora do trabalho ou para a articulação entre empresas de segurança e agentes policiais, em ambos os casos o reconhecimento materializa-se ao dinheiro extra que irá compor o parco salário pago pelo trabalho desenvolvido nas instituições estatais.

O prestígio materializa-se nas homenagens, no reconhecimento pelas prisões efetuadas e na bonificação, estimulando assim os agentes civis e fixos a desenvolver o trabalho profissional burocrático-administrativo e os estímulos a efetuar as abordagens e a prevenir pequenos delitos, transgressões e, sobretudo, a realizar prisões em flagrante ou em casos de pessoas com mandado de prisão em aberto.

Conclusão

O processo de redemocratização do país possibilitou a legitimação da interação entre setores públicos e privados. A agenda de participação e controle social assegurou a criação de espaços onde Sociedade Civil, Mercado e Estado disputam as decisões políticas acerca das políticas públicas e dos serviços que serão implantados e implementados através da prática profissional de agentes estatais. Nesses espaços de participação, as pessoas se associam uma as outras, seja pelo conflito ou pela coesão, em torno de interesses, negociações e assuntos que alimentam posições divergentes e convergentes, sendo assim espaços tidos como

⁷⁸ “Usa-se o termo malha ao invés de rede de relações, (...) porque estas últimas têm como centro um indivíduo, que articula a rede, enquanto que nosso caso as relações são comuns a todos os membros da mesma malha”. (KANT DE LIMA, 1995)

essenciais para a prática da democracia (PIRES; SOUZA, 2007) e para a construção de uma governança democrática.

Em um movimento pendular entre a política repressiva e a política inclusiva buscase, historicamente, resolver os problemas de violência na sociedade brasileira (BEATO FILHO, 1999). As políticas públicas de Segurança do Estado do Rio de Janeiro oscilam, historicamente, entre duas agendas de resultados opositoras. Uma visando o controle e o enfrentamento ao crime e outra a organização de uma polícia democrática (CARNEIRO, 2010).

A partir da década de 1990, com a reforma gerencial e a incorporação de modelos de gestão que entranhou na governança pública elementos da iniciativa privada, como as empresas públicas, e atribuiu ao setor privado funções e serviços antes tidos como exclusivos do Estado, tais quais as atividades realizadas pelo terceiro setor – sociedade civil organizada, incorporando no país o modelo globalizado de relação entre diferentes agências que controlam e organizam a vida social. Dentre essas relações, encontra-se a legitimação do financiamento de serviços públicos por setores privados.

Fomentados pelos interesses de *parceiros investidores* durante as duas décadas de realização dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, diversos foram os projetos estatais que receberam financiamento, parcial ou integral dos setores privados. Assim como foi realizado o deslocamento da centralidade geoespacial dada aos bairros da região central em atendimento ao interesse de diferentes setores, entre estes, o Mercado, e, através da legitimação do trabalho de patrulhamento e policiamento desenvolvido pelas Operações Segurança Presente foi sendo incorporado ao território o controle social sobre a circulação de pessoas, entre eles o Programa Centro Presente.

Findos os eventos e a vigência do convênio firmado entre setores públicos e privado, as negociações entre atores representantes do Mercado, Sociedade Civil e Estado para sua renovação consistiram em readequações estruturais do Programa, bem como na disputa por outras configurações.

As reuniões dos Conselhos Comunitários transformam-se em um espaço de legitimação de discursos e interesses de grupos públicos e privados atuantes dentro do território. As bases passaram por adaptações e suas novas configurações remontam ao que popularmente é denominado de sucateamento, sendo necessária a criatividade e as articulações entre os agentes e entre os agentes com outros atores presentes no território –

sobretudo empresários e lojistas – para atender às demandas necessárias ao processo de implementação do serviço de segurança proposto pelo Programa.

Em relação à função exercida no cotidiano das bases, onde os *agentes civis* realizam o trabalho burocrático-administrativo e de fomento a direitos sociais, como o atendimento à população em situação de rua e a filmagem das abordagens, e os agentes militares realizam o trabalho de representação política e tomada de decisão, além da abordagem a transeuntes e a condução destes à delegacia, quando necessário, verifica-se que o sistema organizacional estabelecido pelo Programa atribui duas modalidades que constituirá seu sistema hierárquico.

Uma vez que as funções de coordenação e de representação política encontram-se destinadas àqueles com oficialato, enquanto o patrulhamento e a abordagem são realizados por praças, é possível verificar a reprodução do sistema hierárquico estabelecido pela PMERJ. Enquanto o sistema que organiza a hierarquia entre os agentes civis consiste no tempo em que se dá a atuação nos Programas e Operações Segurança Presente.

Em relação ao prestígio pode-se notar que há diferenças estabelecidas entre os segmentos. Para o Coordenador este está associado às relações estabelecidas com a comunidade, àquelas que possibilitam maior interação entre a Base e a sociedade civil presente no território, culminando na legitimidade do Programa e na consolidação de redes por onde será possível, também, realizar o controle da localidade. Ao policial militar o prestígio encontra-se atribuído à quantidade de abordagens bem sucedidas, ou seja, onde ocorreu a prisão do indivíduo abordado. Enquanto aos agentes civis o tempo de atuação no Programa é tido como métrica para galgar a possibilidade de atuar em outros convênios estabelecidos pelas Operações.

Ao analisar a atuação dos agentes frente aos fatores que moldam a atuação dos Burocratas de Nível de Rua (LIPSKY, 1980), é possível perceber que, ao determinar a atividade a ser exercida por cada categoria profissional envolta na implementação do Programa determinam-se também diferentes gradações de contato com os setores que disputam o conceito e a agenda de Segurança Pública. Ordenando assim os limites e fronteiras estabelecidas a partir de cada categoria profissional à frente do processo de implementação.

Os tensionamentos produzidos pelas disputas interinstitucionais protagonizadas pelos coronéis da PMERJ evidenciam os paradigmas que compõem o *ethos* da instituição. Esses acompanham as deliberações que são apresentadas aos serviços de segurança pública implementados, sendo o uso da farda um episódio tornado público para que, através da

participação popular, fosse mantida a identificação dos agentes pelo uso do colete e a utilização da farda por debaixo deste a solução encontrada para administrar tal conflito.

Evidencia-se que o financiamento vinculado ao *parceiro investidor* tornou-se central na qualidade da infraestrutura das bases e equipamentos disponibilizados para a realização dos serviços, vindo estas a sofrer grandes mudanças após os megaeventos, tornando o imprevisto e a criatividade dos agentes elemento central para garantir o desempenho das funções correspondentes ao cotidiano de implementação do Programa.

Outro elemento central a ser considerado é a baixa institucionalidade na qual o Programa foi concebido – através de Decretos. Tais atos institucionais correspondem à vontade política do gestor eleito ou de seus indicados para gerenciar a Secretaria onde encontra vinculada a iniciativa, podendo estes suspender ou extinguir o convênio com uma canetada.

Quanto à dimensão do trabalho, é possível verificar a existência de uma relação de precariedade entre contratados (aqueles que são remunerados através dos recursos do Programa) e contratante (o Governo do Estado do Rio de Janeiro). Ao não compor o quadro funcional de servidores públicos efetivos, os agentes civis encontram-se numa relação semelhante à vislumbrada nas relações de trabalho de empresas terceirizadas, não havendo estabilidade garantida depois de findado o prazo do convênio. Em relação aos policiais militares, a não incorporação do valor recebido durante o trabalho prestado ao Programa a seu contracheque de servidor público interfere diretamente nos benefícios previdenciários, sendo interessante questionar até que ponto tal medida também interfere nas disputas e negociações referentes à valorização do trabalho do policial militar e controle do tempo fora do trabalho, sobretudo àqueles que ocupam as fileiras mais baixas da hierarquia da PMERJ.

Finalmente, com tudo o que foi disposto acima, percebem-se algumas características acentuadas no padrão operado na relação público-privada que instaura a prestação de serviços na modalidade Segurança Presente. Em linhas gerais, parece primar pela lateralidade e inconstância de seus elementos, contornando a possibilidade de perenizar estruturas e efeitos. O que dificulta a edificação de protocolos de atuação que levem em conta a percepção dos elementos civis que integram a proposta. Como tampouco a forma de atuação irá reproduzir *ipsi literis* as prescrições da atuação policial *stricto sensu*, o que se concerta é resultado de experiências particulares e de mecanizações que operam formas particularizadas de percepção da cidade a ser regulada cotidianamente. Imagetivamente, produz uma sensação de segurança

em parte da população flutuante do perímetro estudado pela presença ostensiva, numerosa e que opera com certa ciclicidade no espaço. A veiculação de um colete cujos diacríticos apontam para a concertação público-privado sugere uma política alternativa de lidar com o tema da segurança, oferecendo por seu turno, uma noção de "apoio" a essa circulação diária.

Ao mesmo tempo, porém, o fardamento exibido logo abaixo do mesmo, parece lembrar que o lobo poderá, a qualquer tempo, dependendo da dinâmica dos acontecimentos, renunciar à pele de cordeiro. O que introduz uma dimensão de incerteza, de imensurabilidade, liquefazendo assim a expectativa de mecanismos de gestão dos riscos para a atuação dos agentes, bem como dos sujeitos sociais com os quais estes venham a estabelecer contato.

Referências Bibliográficas

BEATO FILHO, Cláudio C.. Políticas públicas de segurança e a questão policial. São Paulo Perspec. [online]. 1999, vol.13, n.4, pp.13-27. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400003>.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Medalhas De Mérito Pedro Ernesto E Moções.

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/ac39d8053a4eaa898325817d005c6d84?OpenDocument>

CARABINEIROS, 2010. <http://www.carabineros.cl/transparencia/og/og1960.pdf>

CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e de hoje. Notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 1, 2015.

DE LIMA, Roberto Kant. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/17282/12833>.

DO NASCIMENTO, Decio Estevão; TEIXEIRA, Marcos Aurélio Nascimento. Segurança pública e desenvolvimento local: Experiências do Brasil, Colômbia e Japão/Public safety and local development: Experiences of Brazil, Colombia and Japan. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 5, n. 3, p. 365-385, 2016

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; MEDEIROS, Janann Joslin. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, n. 3, p. 776-793, 2016.

GARAU, Marilha Gabriela; JUNIOR, Paulo R. Leite. Usuário ou traficante? Uma análise sobre as representações de juízes e policiais civis na Lei 11.343/06/2019. No prelo.

GOÉS, Felipe. Os grandes eventos de 2011 a 2016 e seus legados para a cidade. In.: URANI, André e GIAMBIAGI, Fabio (orgs). Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. pp. 51-59.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 40, 2011

KELLING, George L.; WILSON, James Q. Broken windows: the police and neighborhood safety. Atlantic Monthly. 1982 Mar; 249(3):29–38.

LEAL, A. et al. Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010. https://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/liv_2010_O_sonho_policia.pdf

LEIRNER, Piero de Camargo, « Sobre “nomes de guerra”: classificação e terminologia militares », Etnográfica [Online], vol. 12 (1) | 2008, Online desde 20 junho 2012, consultado em 09 abril 2018. URL : <http://journals.openedition.org/etnografica/1660> ; DOI : 10.4000/etnografica.1660

LIPSKY, Michael. Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.

MISSE, Daniel G., OS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS. 2013. Disponível em: http://periodicos.uff.br/confluencias_teste/article/download/20199/11870.

_____. Cinco anos de UPP: um breve balanço. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 3 - JUL/AGO/SET 2014 - pp. 675-700.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, 1999.

MYERS, David G. Psicologia Social 10ª. Ed.,] Porto Alegre: AMGH Editora LTDA. 2014 [2010]

PATRICIO, Luciane. Participar é preciso: uma discussão sobre cidadania e participação social no campo da segurança pública. Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 15, n. 2, p. 179-217, 2013. Disponível em: http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1019969_20_06_2015_12-52-41_9202.PDF.

PIRES, L. S. ; Alves, Mirian . Políticas Públicas de Participación Popular. In: Teixeira, P.; Correa, R.. (Org.). Policia e Comunidade: temas e desafios na implementação de conselhos comunitários de segurança. 1ed.Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2007, v. 1, p. 17-33

Plan Nacional de Vigilancia Comunitaria por Cuadrantes - PNVCC
<https://www.oas.org/es/sap/dgpe/innovacion/banco/ANEXO%20II.%20PNVCC.pdf>
Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Rio de Janeiro. Segurança Presente
avança para o Centro do Rio. 31/05/2016. disponível em:
<<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2838847>>

RIO DE JANEIRO. Legislação dos Conselhos Legislação dos Conselhos Comunitários de
Segurança. Rio de Janeiro. <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=4>

SESC INSTITUCIONAL http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/

SINES, Guilherme Pires. Da Pátria a Guarda: A formação do soldado no Exército Brasileiro e
as perpetuações no civil que nele habita. Monografia defendida em 2018.

SOARES, Bárbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. Mulheres policiais: presença
feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

VERÍSSIMO, Marcos. A nova lei de drogas e seus dilemas. Apontamentos para o estudo das
formas de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro.
Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 2, 2010.

VLT Rio Institucional <https://www.vltrio.com.br/#/institucional>